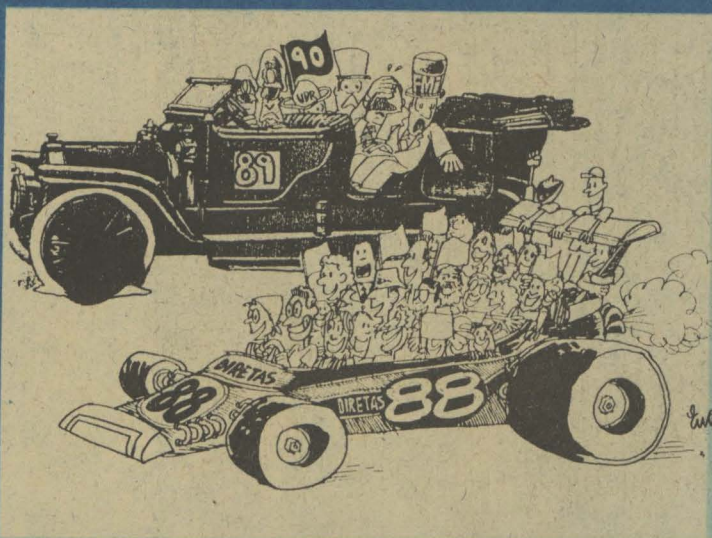




Índios Krenak em 1916. Em 90 anos, reduzidos de 5 mil para 130

Índios: a luta para garantir seus direitos na Constituição

Ailton Krenak, coordenador nacional da União das Nações Indígenas, explica à TO como seu povo luta para sobreviver ao genocídio. Pág. 8



Nas vésperas da realização dos comícios de Caruaru e de Campinas, algo chama a atenção na campanha das diretas: as forças populares tomam a iniciativa das mobilizações, e ocupam um espaço importante na direção do movimento, contribuindo para que ele incorpore bandeiras de conteúdo político mais preciso. Mesmo assim, empenham-se em conquistar a adesão de novos aliados. A Tribuna Operária traz informações exclusivas sobre os preparativos para os dois comícios, na pág. 3.

EDITORIAL

Constituição a peso?

Quantos palmos o sr. acha que deve ter uma Constituição? A pergunta aparentemente é descabida. Mas de certa forma pode ser feita aos representantes da direita que, através de uma campanha orquestrada nos meios de comunicação, tratam de ridicularizar o anteprojeto constitucional aprovado pela Comissão de Sistematização e de convencer a opinião pública da necessidade de um texto mais conciso, "que não tenha tantos artigos".

Diariamente ouve-se dizer que o anteprojeto é "condenado por todos, redundante, inexecutável". Com um ar de santidade, certos líderes conservadores falam paternalmente para as "brasileiras e brasileiros" que uma Carta Magna não pode se deter em minúcias, que o seu papel é definir os grandes rumos. Articulam por isto reuniões para "enxugar" o texto apresentando pelo relator e elaborar um substitutivo.

Se não fosse a experiência anterior, talvez esta manobra tivesse mais algum fôlego. Mas já em 1946 aconteceram coisas semelhantes, embora em situação diferente. A Constituição então aprovada assegurava, em tese, o direito da greve. Mas remetia a regulamentação deste assunto para a lei ordinária. E lá, na prática, apareceram tantos senões que o exercício da greve se tornava legalmente impossível. O mesmo se fez para impedir a livre organização partidária, a independência e autonomia dos sindicatos, etc.

Agora, argumentam: Estabilidade no emprego não é coisa que se coloque na Constituição. Jornada de 40 horas semanais também deve ficar para a legislação ordinária. Impedir a conversão da dívida externa em ações de empresas nacionais é absurdo. E vão por aí. A "enxugada" revela-se então inteiramente como um golpe contra os direitos dos trabalhadores e contra as liberdades democráticas.

O povo não precisa de uma

Constituição com um número predeterminado de artigos. Precisa de uma Carta que assegure a liberdade; defenda a soberania da pátria; consagre as reivindicações trabalhistas e dos direitos das mulheres; respeite as terras, os costumes e a cultura dos índios; abra caminho para a reforma agrária etc. É este conteúdo que determina o "tamanho" do texto, ou o "peso", se preferem.

As pressões da reação e do imperialismo são tantas, que o povo tem absoluta razão ao exigir que se definam muito bem seus direitos. Seria ingenuidade se contentar com afirmações genéricas que, na hora da aplicação, dependessem da "veneta" deste ou daquele general, deste ou daquele governante e das variações frequentes da conjuntura política.

O projeto apresentado e aprovado na Comissão de Sistematização contém muita coisa contrária aos interesses do povo e da nação. Mas consagra também algumas conquistas democráticas. Não é certo dizer em geral que é "condenado por todos". Os democratas criticam o que ele tem de reacionário e entreguista. Enquanto o governo e a direita querem liquidar o que existe de progressista. O texto é fruto da luta que se travou até aqui. Apagar isto tudo e começar de novo com um substitutivo elaborado à margem das batalhas nas subcomissões, nas comissões e no plenário não interessa de forma alguma à democracia.

Esta tentativa de golpe é fruto da destruturação dos esquemas políticos da direita. O avanço da campanha de rua por eleições em 88 e por uma Constituição democrática, moderna e nacionalista, faz tremer os alicerces conservadores. Por isto tentam encontrar certos acordos, eliminando o máximo de pontos de atrito e jogando para depois, para a lei ordinária, a decisão. O povo, em contrapartida, tem o desafio de fazer o grito das praças ecoar no plenário.

Te liga na luta, Brasil.



No dia 14 de agosto, às oito e trinta da noite, ligue-se na TV. Nesse dia, a luta do povo brasileiro vai ser transmitida por todos os canais de televisão.

Você vai ver a sua imagem, ouvir a sua voz, através do programa de um Partido que pensa, vive e luta com você. Não perca.

O PCdoB é a sua força.

O PCdoB é você.



Os podres dos sindicatos nos Estados Unidos

Quando sindicalistas brasileiros elogiam a AFL-CIO, a TO mostra a trajetória desta central corrompida e imperialista. Pág. 5

Está caindo a máscara do congelamento

Os capitalistas pressionam para aumentar os preços. O governo cede reajustando inclusive as tarifas de ônibus. Página 4

UNE completa 50 anos com festa e luta

criada em 1937 a UNE defendeu, ao longo de sua história, interesses dos universitários e da nação brasileira. Leia na página 7



Os ataques dos mercenários às plantações e aldeias agravam o problema da fome em Moçambique

MOÇAMBIQUE

Na mira da direita

A situação no sul da África volta a ganhar manchetes no mundo todo. Habitualmente o noticiário refere-se a incidentes na África do Sul, ou um distúrbio de rua ou um atentado a bomba em instalações militares levado a cabo pelos membros do Congresso Nacional Africano. Voltou, porém, às primeiras páginas uma das antigas colônias portuguesas que é considerada uma das mais radicais opositoras do regime sul-africano - Moçambique. Foram três os acontecimentos de relevância que reconduziram esse país às manchetes: a morte do presidente Samora Machel, a fome que grassa no país, e o recente massacre numa aldeia. Homoine, obra de um suposto movimento nacionalista, a Resistência Nacional Moçambique (RENAMO), onde pereceram cerca de 400 camponeses desarmados.

Os três acontecimentos estão obviamente relacionados e fazem parte da evolução de um explosivo confronto entre um poderoso país racista e seus vizinhos, colônias libertadas recentemente e com problemas agudos de subdesenvolvimento.

Quanto à morte do presidente Samora Machel, tem sido divulgado na grande imprensa o relatório da comissão sul-africana que investigou a queda do avião soviético e que responsabilizou o piloto pelo acidente: o velho chavão da falha humana. A comissão soviética, que estudou o acidente tem outra conclusão: o aparelho foi desviado da rota por equipamento instalado em território da África do Sul, que forneceu indicações erradas de direção. Essa versão foi encam-

pada pelo sucessor de Machel, Joaquim Chissano, em meados do primeiro semestre deste ano, num discurso público no norte do país.

A atitude de Chissano, ex-ministro das Relações Exteriores, refinado e afeito à linguagem diplomática, foi encarada como um passo a mais no agravamento do conflito com a potência regional. A palavra assassinato foi usada explicitamente. É de se notar também que à mesma época foram anunciadas vitórias militares, como a retomada de uma cidade (Luabo), então há dois anos dominada pela Renamo, e vitórias políticas, como a chegada de tropas da Tanzânia ao país e, ainda mais importante, o envio de um contingente de soldados do Malawi que lutarão ao lado dos moçambicanos. Este último fato tem grande importância diplomática, na medida em que o Malawi é considerado um Estado títêre da África do Sul, cedendo seu território para apoio logístico à guerrilha, uma espécie de fachada para fins externos.

FOME E EXTERMÍNIO

Já a fome e o recente massacre de camponeses estão diretamente ligados à ação da Renamo, cuja estratégia inclui destruição de plantações, corte das comunicações e transportes impedindo a chegada de alimentos e remédios às zonas de combate e extermínio sistemático das populações.

Organizações como a RENAMO, não são um fato novo na evolução dos conflitos em Moçambique. Na verdade, desde que a luta contra o governo colonial português foi iniciada pela FRELIMO

(Frente de Libertação de Moçambique), o governo colonial se preocupou em formar e apoiar grupos políticos que pudessem se erigir em alternativa mais palatável que a FRELIMO numa eventual transição. Essa prática atingiu verdadeiro paroxismo após o 25 de abril em Portugal, quando o general Espindola à testa do governo português fez uma tentativa de encaminhar uma solução neocolonial no "Portugal Ultramarino". Foi um verdadeiro carnaval de siglas: GUMO, UNAR, FICO, CONEMO, POPOMO, FUNIPAMO, MOLIMO e outras tantas "organizações populares" que contestavam o processo então em curso e ofereciam soluções de vários tipos: a racista branca (FICO), a racista negra (CONEMO) ou ainda a unificação das províncias do norte do país ao Malawi (UNAR-União Nacional Africana da Rumbésia). Esta última era dirigida por Jorge Jardim, um célebre contra-revolucionário que ainda hoje "milita" na RENAMO.

ESFORÇO RACISTA

Após a independência, a África do Sul substituiu a potência colonial, mesmo porque na verdade o seu intercâmbio econômico a credenciava para tal. Enquanto durou a guerra de independência do Zimbabwe, ali se concentrou o essencial do esforço dos racistas. Depois da subida de Robert Mugabe e da Frente Patriótica ao poder nesse país, a prioridade voltou-se para o interior mesmo de Moçambique, e a RENAMO passa a exercer papel essencial na estratégia racista.

(Abel Brasil)

PANAMÁ

Dedo do Tio Sam

Os Estados Unidos, mais uma vez, são protagonistas de uma crise política na América Central. Desta vez é no Panamá, um exemplo vivo da dominação norte-americana nos países latino-americanos. Desde sua fundação, em 1903, o Panamá é dominado pelos EUA. Este país ocupa uma posição estratégica, pois o seu canal (administrado pelos EUA) liga o Mar das Antilhas ao Oceano Pacífico, sendo a rota natural das embarcações que se dirigem para o Oeste norte-americano. Aliás, desde a conquista do Oeste nos EUA, era mais econômico para as embarcações seguirem o trajeto do Canal, o que deu enorme importância para a região.

Todo este cenário criou as condições objetivas para uma intervenção no país. Os Estados Unidos mantêm 10 mil soldados na Zona do Canal, controlando esta importante região. E, se propõem a permanecer além do ano 2000, furando o acordo feito entre os dois países que prevê a retirada das bases norte-americanas no século XXI, passando o Canal para a administração do Panamá.

OS GOVERNOS PANAMENHOS

O Panamá vive uma situação de instabilidade política. Aparentemente tem um governo civil e constitucional, porém,

na prática, vigora no país uma ditadura militar.

Quem manda de fato é o chefe da Guarda Nacional (Forças Armadas). O atual comandante é o general Manuel Noriega. O general foi responsável pela vitória do candidato oficial à Presidência da República, Barlettas, através de eleições fraudulentas. Após divergências com o presidente, Noriega demitiu-o, assumindo em seu lugar, o vice-presidente da República, Arturo Dell Valle.

As denúncias feitas contra Noriega, das fraudes nas eleições e de ser o responsável pelo assassinato do ex-presidente Torrijos, fizeram com que eclodisse um movimento popular pela sua demissão. Milhares de pessoas foram às ruas denunciando os crimes do governo, exigindo a imediata renúncia de Noriega. O governo colocou tanques nas ruas, proibindo a manifestação. Mas os populares enfrentaram com paus e pedras as tropas governistas.

A POSIÇÃO DOS EUA

Na verdade, Noriega não está agradando nem mesmo os Estados Unidos. Colocado por eles no início para preservar os interesses do imperialismo na região, Noriega começou a tomar atitudes que desagradam os imperialistas.

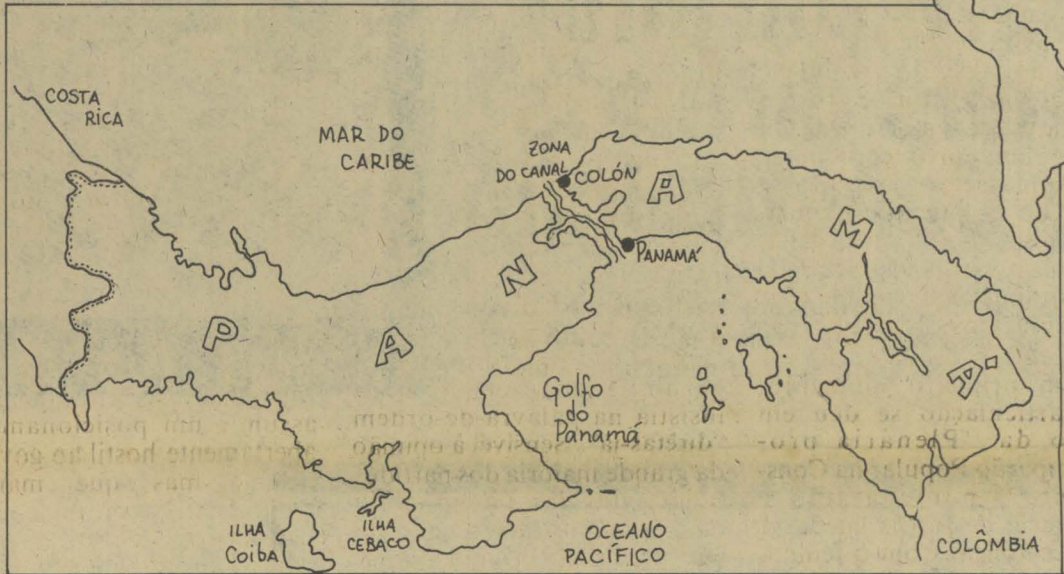
Com a sua impopularidade, Noriega começou a dizer que a oposição ao seu governo deve-

se ao fato de que ele está disposto a defender os termos do acordo do canal, ou seja, que no ano 2000 o canal passe para o controle panamenho. No entanto nessa posição não está embutido nenhuma preocupação de salvaguardar os interesses do país. É que, se esse tratado vigorar, o governo eleito em 1990 terá enorme importância, pois será o responsável pelo início da administração do canal. Vislumbra-se com esta possibilidade, Noriega, sabendo dos interesses da Casa Branca em permanecer mais tempo na região, abriu fogo contra os Estados Unidos. Mas sua trajetória política não o credencia como um líder patriótico, e o povo panamenho sabe disso.

Os Estados Unidos, por seu turno, procuram pôr outra pessoa de sua confiança no governo. Discretamente, criticam Noriega clamando por eleições justas e limpas (sic!), ao tempo que articulam sua derrubada e substituição por um novo capacho.

Por isso, nas manifestações, o povo levanta a justa palavra de ordem: "Fora Noriega e o imperialismo norte-americano". O povo panamenho não toma partido nesta briga de bandidos.

(Dennis Oliveira)



IRÃ

Líder comunista assassinado

O dirigente comunista Hamid Reza Chitgar, membro do Comitê Central e responsável pela seção estrangeira do Partido do Trabalho do Irã (PTI) foi encontrado morto no último dia 17 de julho pela polícia austríaca, num apartamento na cidade de Viena.

Hamid havia viajado há dois meses e meio para a capital austríaca, onde manteria contatos políticos. Após a viagem não mais foi visto, apesar de insistentes esforços desenvolvidos por seus camaradas e por outras forças progressistas. Todos os dados indicam que

ele foi assassinado por bandos de criminosos políticos ligados ao regime de Khomeini, que contaram com apoio da embaixada iraniana em Viena.

Preso no Irã em 81 pelas forças islamíticas que desencadearam naquele ano uma violenta onda de repressão anticomunista, o dirigente do PTI conseguiu fugir e buscou asilo político na França, tornando-se representante de seu partido no Conselho Nacional de Resistência, organismo de frente que reúne diversos setores da oposição iraniana.

Dedicou-se a esta atividade até a data de seu assassinato.

O Partido do Trabalho do Irã divulgou nota onde lembra que outros dirigentes comunistas e de correntes democráticas diversas já foram vítimas da ditadura iraniana, mas adverte: "transformaremos mais uma vez nossa tristeza e nossa pena em força para fazer triunfar o socialismo no Irã. É a melhor forma de homenagear a memória de Hamid". A nota pede ainda a unidade do movimento progressista iraniano para "aproximar a queda inevitável do regime sanguinário".

PERU

Os banqueiros contra-atacam

Um juiz do 20º Tribunal de Justiça de Lima impediu a intervenção do governo peruano nos bancos e instituições financeiras do país, no dia 3. O presidente Alan Garcia havia decretado a intervenção alegando que o sistema financeiro é "o mais poderoso instrumento de concentração de força econômica, e por isso, de influência política, e o maior obstáculo para a democratização da produção".

Contrariamente ao que foi divulgado logo após o anúncio da intervenção, os bancos estrangeiros não foram molestados. Mesmo assim os banqueiros internacionais queixaram-se da medida de Garcia, e os financistas peruanos acionaram um juiz para impedir a concretização da intervenção.

O ministro da Economia, Gustavo Saberbein, avisou que o governo vai apelar na Justiça contra a liminar do juiz de Lima. E o presidente Alan Garcia confirmou que a intervenção durará 120 dias, mas é possível que mesmo antes disso o projeto de lei que estatiza o sistema financeiro seja apro-

vado na Câmara e no Senado. Além disso, o projeto conta com o apoio da Esquerda Unida, o que eleva para 87% e 76% a base de sustentação legislativa à proposta de estatização.

Os parlamentares controlados pelos banqueiros pretendem apresentar um projeto alternativo, que evite a votação imediata da proposta de Garcia.

ALBÂNIA

A conquista da terra

A solução do problema da terra é uma das questões fundamentais do socialismo. Suprimir as diferenças entre cidade e campo, entre operários e camponeses, até chegar a uma sociedade de trabalhadores. Este é um grande objetivo. Mas como chegar lá?

A experiência da Albânia mostra que o caminho é aplicar a ciência social do marxismo-leninismo para compreender a realidade, os interesses de classe, e assim procurar as soluções. Vamos abordar alguns aspectos desse importante assunto que conhecemos e observamos na Albânia.

Os albaneses enfrentaram a questão com ousadia, logo após a revolução popular de 1944. A lei sobre a reforma

agrária premiou com o acesso à terra aqueles que tão bravamente participaram da gloriosa epopéia da luta de libertação. A lei promulgada estabelecia a extinção de todos os latifúndios, expropriava as terras dos ricos e das instituições religiosas. Isto se levou a cabo sem indenização. As áreas foram entregues gratuitamente aos camponeses sem terra ou com pouca terra.

A venda, o arrendamento, as hipotecas foram proibidas. Uma parte das terras expropriadas dos latifundiários não foi dividida com os camponeses: passou para a propriedade do Estado e foi transformada em empresas agrícolas.

Iniciando a construção da base socialista da agricultura,

em 1946 outras medidas de caráter revolucionário foram tomadas. Os que tinham terras, mas não trabalhavam nela, também foram expropriados. O objetivo era garantir a aplicação do princípio "a terra para quem nela trabalha". Todas as medidas e as continuas modificações no campo foram criando uma nova situação, com uma relativa igualdade quanto à propriedade da terra. Os proprietários mais abastados não expandiram mais seus domínios e não conseguiram mais viver da exploração do trabalho alheio.

TRABALHO COLETIVO

Combatendo e tomando medidas contra o enriquecimento individual e apresentando a alternativa do trabalho coletivo, começam a surgir as cooperativas. Elas recebem o apoio do Estado em tratores, créditos, sementes etc... Ganham grande impulso e se desenvolvem por todo o país.

Hoje a Albânia tem uma agropecuária altamente produtiva, que atende as necessidades de alimentação do povo e fornece matérias primas para a indústria e a exportação. São êxitos alcançados com base na realidade dos camponeses, numa política de persuasão e convencimento.

É cada vez menor a diferença entre o padrão de vida dos que trabalham na cidade e dos que trabalham na lavoura. Na Albânia, hoje, a solução do problema da terra é considerada uma experiência consolidada e vitoriosa. Sempre na busca de objetivos maiores.

(José Freitas, metalúrgico gaúcho, assistiu ao congresso das Uniões Profissionais da Albânia, realizado em julho último)



Seleção de milho na cooperativa 1ª de Maio, da aldeia de Rogozhina

Tribuna Operária

Semanário Nacional

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

Anual (52 edições) □ Cz\$ 1.000,00
Anual popular (52 edições) □ Cz\$ 500,00
Semestral (26 edições) □ Cz\$ 500,00
Semestral popular (26 edições) □ Cz\$ 250,00
Anual para o exterior (em dólares) □ Us\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Reporte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda.
Rua Adeniran Barbosa, 53 — Bela Vista — S. Paulo
CEP: 01318

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

CAMPANHA DAS DIRETAS

O povo ocupa um espaço maior

1. CAMPINAS-SP

“Estamos em pé de igualdade”

Um dos organizadores da manifestação do dia 10 fez para a “Tribuna” um relato detalhado do funcionamento do comitê unitário por diretas-88 e dos preparativos para o comício. Em seu depoimento, destaca o grau de participação e autonomia das forças populares no interior do comitê.

O telefone não fica desocupado um minuto no sobrado da rua Senador Saraiva onde se localiza a sede do PCdoB em Campinas. Nos poucos cômodos, quase vazios de móveis, pilhas de panfletos e cartazes estão espalhados pelo chão, e em alguns horários ouve-se um persistente burburinho, causado por militantes que entram e saem em busca de material de propaganda. Foi aí, e no intervalo entre os inúmeros compromissos políticos que a ocasião impunha, que o presidente do diretório municipal do partido, Sérgio Benassi, falou à Tribuna sobre o comício por eleições diretas em 88 marcado para o dia 10 e promovido por sua agremiação e outras forças progressistas que se reúnem na “Articulação de Entidades pela Participação Popular na Constituinte” do município.

“A campanha das diretas em Campinas nasceu da luta por uma Constituição progressista”, avisa Sérgio, lembrando que já no início do ano houve gestões para unir as forças populares e democráticas da cidade num movimento único, que somasse forças e fosse capaz de esclarecer a população a respeito dos temas debatidos na Assembleia Nacional Constituinte e de mobilizá-la nos momentos decisivos.

Num primeiro momento, esta articulação se deu em torno da “Plenária Pró-Participação Popular na Constituinte”, por sugestão e insistência de forças ligadas à igreja católica. Com o tempo, no entanto, os partidos políticos e a maioria das entidades perceberam que este plenário era um fórum estreito, “um movimento que tinha dono”. Na maioria das vezes, as reuniões serviam apenas para distribuir tarefas, que não eram definidas coletivamente. Por julgarem que tal tipo de prática não era adequado a um movimento amplo de frente política, criaram a Articulação de Entidades pela Participação Popular na Constituinte, de caráter suprapartidário e com funcionamento democrático.

Comitê deu certo porque é amplo

Justamente por unir estas características, a Articulação recebeu a adesão maciça das forças progressistas. Dela participam os diretórios municipais do PT, PCdoB, PDT, PSB e PCB, além de cerca de 30 entidades sindicais, estudantis e de bairros. As reuniões, bastante concorridas, são realizadas semanalmente e nelas, além de se analisar a evolução da conjuntura política do país, discutem-se as atividades concretas que podem ser realizadas conjuntamente. Entre as iniciativas já assumidas destacam-se a manutenção de uma banca permanente para coleta de assinaturas para as emendas populares, num dos pontos mais movimentados da Campinas, a organização de uma caravana a Brasília quando houver as votações nas Comissões Temáticas da Constituinte e a realização de um ato público de protesto contra o assassinato do advogado Paulo Fonteles.

As forças políticas que participam da Articulação foram percebendo que ela poderia ser um importante instrumento para mobilização popular em torno de objetivos que, embora não diretamente ligados à Constituinte, são de interesse comum. Quando o movimento

sindical discutia a convocação da greve geral, por exemplo, um debate a respeito do tema que contou com a presença do deputado Luís Gushiken do PT, e do sindicalista Sérgio Barroso, da CGT, acabou convencendo todos os sindicatos da necessidade de apoiar o movimento. Sérgio Benassi faz questão de ressaltar o clima de unidade que os líderes dos partidos políticos e das entidades têm sabido manter, e que tem por base dois princípios: ninguém assume posições que possam levar à **partidarização** da Articulação e todos acatam os encaminhamentos aprovados por maioria nas reuniões.

Sem fincar o pé no secundário

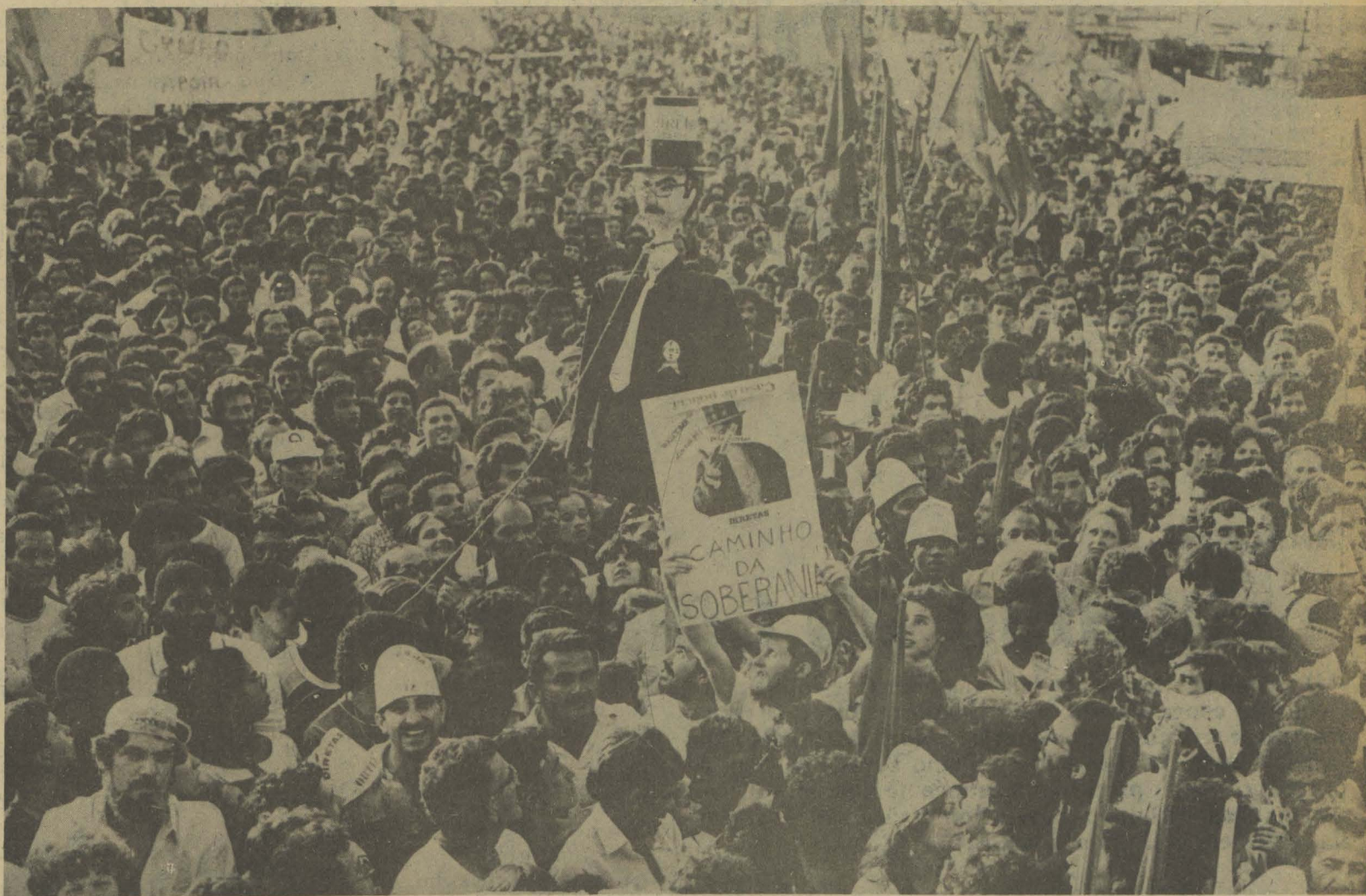
Foi numa dessas reuniões, realizada logo depois que as Comissões Temáticas da Constituinte apresentaram seus relatórios finais, com teor nitidamente conservador, que a Articulação decidiu encampar a luta pela realização de diretas para presidente em 88. Mais uma vez, o espírito de unidade permitiu que a decisão fosse assumida por todos, e que pequenos problemas fossem superados. O diretório municipal do PT, por exemplo, ainda insistia na palavra-de-ordem “diretas-já”, sensível à opinião da grande maioria dos partidos e das entidades, porém, abriu mão desta posição. “O partido tem procurado a unidade nas atividades de oposição popular ao governo, e não finca pé em questões secundárias”, garante Celso Marcondes, presidente do PT e membro ativo da Articulação.

O passo seguinte era marcar um comício, o que também foi feito de forma democrática. Procurou-se uma data próxima ao dia da greve geral — então fixada em 12 de agosto — para que fosse possível somar forças para o sucesso das duas mobilizações. Alterada a data da greve, a Articulação preferiu manter mesmo assim a data do comício, cuja convocação já estava em curso. Comunicou-se então com a Coordenação Nacional da Campanha, em Brasília, e assegurou a presença de Lula, Brizola, João Amazonas e do dissidente do PCB, o deputado constituinte Augusto de Carvalho.

Nem só de grandes nomes é feito um comício. A experiência concreta de Campinas comprova o acerto dessa frase. Faltando cinco dias para o ato, a Articulação já havia garantido a impressão de 100 mil panfletos e de 10 mil cartazes, que eram distribuídos em mutirões rigorosamente planejados, visando cobrir tanto os locais de maior trânsito na cidade quanto pontos estratégicos, como as portas de fábrica e as entradas dos colégios e universidades.

Entidades bancam a organização

Ao contrário do que ocorria na campanha por diretas já em 84, no entanto, todo este material não está sendo produzido com o dinheiro farto dos grandes empresários mobilizados pela máquina dos governos estaduais. “Cada panfleto custa um pouco de sacrifício”, afirma o presidente do PCdoB, ao ressaltar que a sustentação material do comício está sendo garantida inteiramente pelas entidades e partidos políticos que o convocam. É comum



Ao contrário de 1984, as forças populares influem ativamente na campanha. Mas para garantir grandes comícios é preciso buscar novos apoios

arrecadar o dinheiro conseguido a custa por algumas entidades para comprar papel, movimentar as gráficas muitas vezes precárias de outras para imprimir panfletos e cartazes, e empregar os carros de som e megafones de mais algumas para improvisar comícios-relâmpagos.

Isto não significa, no entanto, que os organizadores desprezem a possibilidade de conquistar apoio político e material junto aos setores democráticos. Bem ao contrário, eles têm feito esforços incansáveis para envolver de alguma forma na campanha personalidades como o prefeito Magalhães Teixeira, que teme assumir um posicionamento abertamente hostil ao governo federal mas que mantém divergências em relação ao Palácio do Planalto e ao governador Orestes Quércia. A articulação soube tirar proveito desta situação, e contatos com a prefeitura já garantiram o palanque e a aparelhagem de som para o comício, e poderão assegurar ainda um certo número de ônibus para transportar os manifestantes.

Agora as forças populares pesam

Cauteloso, Sérgio Benassi evita fazer qualquer previsão quanto ao comparecimento popular no dia 10. Ele tem participado pessoalmente da convocação, e diz que a receptividade é muito grande. “O pessoal quer saber se é contra o governo, e quando explicamos que sim dá logo o apoio”, diz ele, para logo depois advertir que a simples manifestação de simpatia não significa presença no comício.

Mas ao analisar criticamente o trabalho desenvolvido até agora, o dirigente comunista faz questão de se deter em dois aspectos. O primeiro é a necessidade de se trabalhar em unidade. “Todas as tentativas isoladas de abordar a Constituinte ou de discutir diretas em Campinas fracassaram”, lembra Sérgio.

O segundo é o que ele chama de “salto de qualidade” em relação a 1984. “Nós sentimos que desta vez há um equilíbrio entre as forças populares e os democratas em relação à sustentação material e à tomada de decisões na campanha. Em 84 as correntes democráticas da burguesia pagavam as despesas, mas também mandavam no movimento. O povo entrava em posição secundária. Agora nós estamos em igualdade de condições, e as possibilidades são muito melhores para discutir temas como reforma agrária, suspensão do pagamento da dívida externa e fim da interferência dos militares nos assuntos políticos. Eu acho que isso pode levar a uma politização muito maior da luta”.

(Antônio Martins)

2. CARUARU-PE

O papel de cada força

Nosso correspondente faz uma análise pormenorizada do posicionamento de cada partido em relação ao primeiro comício em Pernambuco. Constata que o PMDB ainda está distante da campanha, apegado às vantagens do poder. Mas lembra que a presença do povo nas ruas pode alterar o quadro.

“É que nem um comichão: vai tomando conta da gente, obrigando a se mexer... Você sente isso em toda parte, na empresa, no ônibus, no sindicato, todo mundo perguntando quando vai ter eleições para presidente, porque do jeito que as coisas vão não dá para continuar...” O comentário, do torneiro mecânico Ivanildo Lopes, diretor do sindicato dos eletricitários de Pernambuco, reflete bem o clima que vai tomando conta da capital pernambucana em relação à campanha das diretas.

Na verdade, a campanha começou mesmo agora, com o comício de Caruaru, a 120 quilômetros do Recife. Mas há uma evidente efervescência em torno do assunto. Sobre tudo nos segmentos organizados da sociedade. No centro das discussões, o posicionamento diferenciado das diversas forças políticas em relação às eleições.

Tal como acontece a nível nacional, a batalha das diretas em 88, conjugada com a luta em prol de uma Constituição progressista, vem representando um fator de redefinição de forças e de alianças políticas. Um desafio colocado pelo agravamento da crise do país e pela expectativa das massas, diante do qual os diferentes segmentos do movimento democrático e popular vão sendo chamados a se definir.

“A gente se mata de trabalhar e sente que ainda falta alguma coisa. Acho que essa coisa é a união de todas as forças que podem participar dessa

luta”, observa Augusto Semente, vice-presidente da União das Associações dos Moradores de Olinda, entidade que se destaca na articulação do Comitê Suprapartidário do município, vizinho do Recife. Parece uma constatação correta. É que, ao contrário da campanha de 84, quando desde o início forças expressivas da oposição burguesa pernambucana, como o PMDB, jogaram papel destacado, agora as coisas se passam de outro modo.

A começar pelo PMDB, agora partido no governo, que parece demasiadamente preso à posição oscilante do governador Miguel Arraes, que embora tenha se pronunciado na convenção nacional do seu partido pelos quatro anos de mandato para Sarney, vem repetindo restrições à campanha das diretas. Dessa maneira, apesar de apenas três deputados federais em uma bancada de 14 se posicionarem contra as diretas em 88, poucos são os parlamentares do PMDB que se juntam ao ex-ministro Fernando Lyra, um dos principais organizadores do comício de Caruaru, ao lado do prefeito daquela cidade, José Queiroz. A bancada estadual, de perfil majoritariamente conservador, diz-se solidária mas aguarda o sinal verde do Palácio das Princesas para se incorporar à campanha.

Posição avançada assume o prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, para quem a tendência é todos os segmentos progressistas de seu partido virem a se integrar à campanha. “As diretas em 88, assinala Jarbas, serão um fato esperado, uma vez que estavam previstas para concluir o processo de democratização do país. É preciso levar a campanha adiante, com o cuidado de não separá-la da luta por uma Constituição progressista”. Do mesmo modo pensa o presidente da Associação Nacional de Profissionais de Processamento de Dados, Jairo Cabral.



Diferença no PMDB: Arraes faz restrições ao comício, Jarbas apoia

Diz ele: “Vejo na campanha das diretas uma importância fundamental para o avanço da luta popular no país. Contudo, é necessário darmos um conteúdo político maior, aliando outras reivindicações como a reforma agrária, a suspensão do pagamento da dívida, autonomia sindical etc.

Até o comício do dia sete, o PMDB pernambucano ainda não estava integrado oficialmente ao comitê pró-diretas, do qual fazem parte o PCdoB, PT, PDT, PSB, PL, PH e PCB, e pouco mais de uma dezena de entidades populares. A ampliação desse leque de forças torna-se agora possível como observa o presidente regional do PCdoB, Luciano Siqueira: “A mobilização popular pode ser o argumento decisivo para que novas forças se incorporem à luta, desde que saibamos evitar qualquer tendência ao exclusivismo ou à hegemonia artificial desta ou daquela corrente”.

De fato, o comício de Caruaru já possibilitou a subida ao palanque da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, da CUT e de vários sindicatos urbanos. Há sinais, assim, de que começa a ser superada a defasagem existente entre a insatisfação popular e o desejo de ver substituído o governo Sarney com diretas em 88, que no Recife já contagia 87% da população, e a ação das forças políticas pernambucanas, até agora tímidas tanto em relação à batalha da Constituinte como face à mobilização por diretas 88.

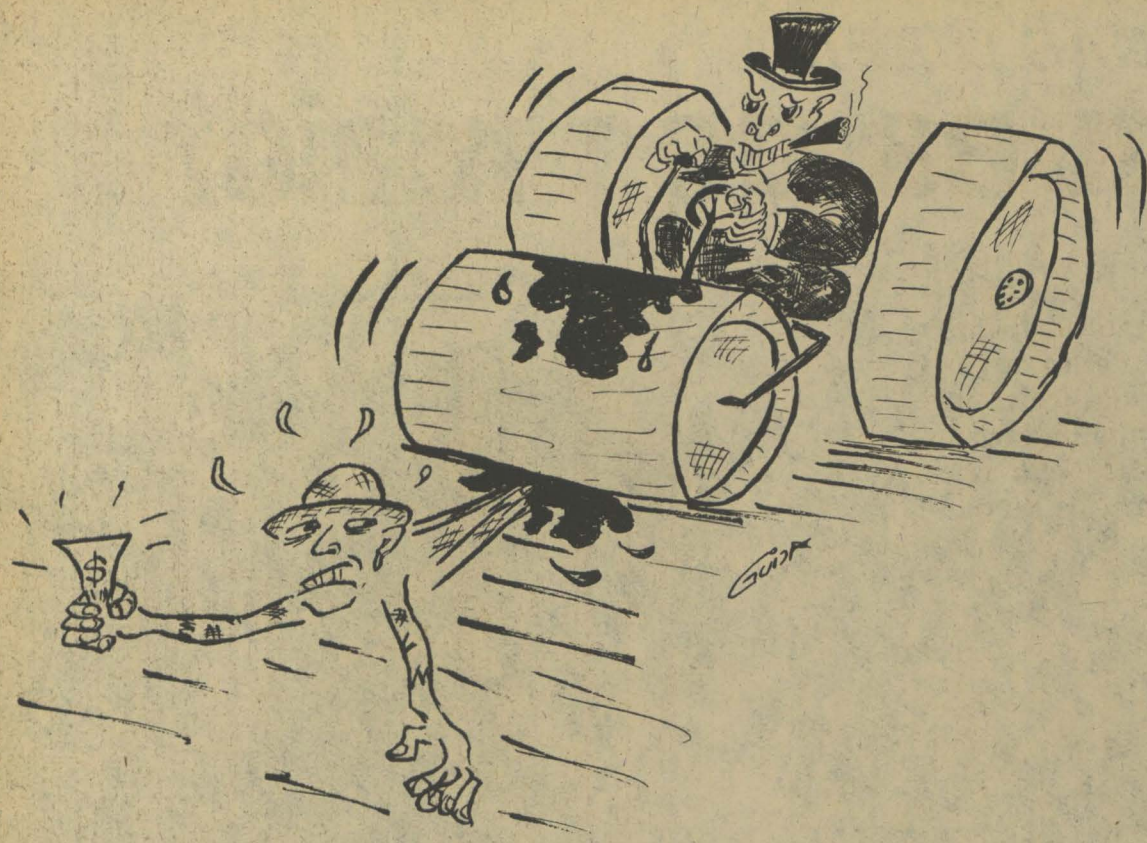
É necessário, ressaltar, por outro lado, que na base da vacilação de importantes lideranças estão os interesses econômicos de diferentes frações de classe, dependentes da boa vontade do Planalto. O PMDB pernambucano de após as eleições de 86 é diferente do PMDB da resistência democrática. Não apenas porque as forças majoritariamente vencedoras no pleito são de natureza conservadora mas porque estando no poder move-se em função de interesses e por caminhos distintos dos anteriores. “Não hostilizar o Planalto para não perder a Sudene” é uma frase muito ouvida nos gabinetes e nas rodas políticas peemedebistas...

Já o PT e o PDT pernambucanos limitam bastante sua intervenção em função da precipitação com que procuram fazer da campanha por diretas instrumentos das candidaturas de Lula e Brizola.

(Jair Pereira-PE)

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Graboia



INFLAÇÃO

Fugindo ao controle

O governo já decidiu iniciar a chamada fase de "flexibilização" do congelamento, autorizando reajustes de vários produtos e serviços que haviam sido tabelados no dia 12 de junho, quando foi instituído o Plano Bresser. A lista de mercadorias com preços completamente liberados deverá ser ampliada, incluindo móveis, confecções, artigos comercializados em boutiques e outros.

Há poucos dias, foram concedidos aumentos, de 10%, para os preços do alumínio e do aço. O ministro Bresser Pereira garantiu, ainda, que elevará as tarifas de ônibus (uniformemente, em Cr\$ 1, veja comentário abaixo) e autorizará a majoração do óleo de soja, enlatados de carne, linguiças, presuntos, salsichas, salami e outros produtos.

PRESSÕES

O ministro procura caracterizar sua atual postura em relação ao congelamento como "flexibilização informal", distinta da "flexibilização formal" prevista no decreto que instituiu seu plano, principalmente pelo fato de que a Unidade de Referência de Preços (URP, índice que servirá de base para reajustar salários) não será disparada.

Em outras palavras, formalmente o congelamento permanece como pretexto para justificar e legalizar o congelamento dos salários. Informalmente, o governo cede às pressões exercidas pelos capitalistas e autoriza aumentos, sob o argumento de que é necessário "alinhar os preços".

O senhor Bresser assegura que os reajustes serão autorizados, mas em índices bem inferiores aos pretendidos pelos empresários. "Não passarão de 10%", diz, aliás desmentindo outras "garantias" feitas anteriormente, particularmente a de que as elevações no máximo acompanhariam a URP (a equipe econômica governamental estima que tal índice oscilará em torno de 4%).

No entanto, as pretensões dos capitalistas são menos modestas do que deseja o ministro da Fazenda. Centenas

de pedidos de aumentos de preços já foram encaminhados ao CIP (Conselho Interministerial de Preços). Os índices exigidos variam entre 30 a 100%.

As multinacionais da indústria farmacêutica já fecharam questão em torno de reajustes médios de 40%, os monopólios do setor automobilístico querem algo à altura e por aí vai. Não faltam ameaças e mesmo a prática de sonegação. Já se sente a escassez de algumas mercadorias (os remédios, que já faltavam, tornaram-se ainda mais raros).

RACIONALIDADE?

O ministro Bresser Pereira que tem sustentado um esquisito otimismo radiante, anuncia aos quatro ventos que o sucesso do seu plano já está garantido. A apreçoada racionalidade de sua política econômica, porém, consiste em uma capitulação às leis do sistema, em não opor resistência às investidas dos grandes capitalistas para ampliar seus lucros.

Tal racionalidade equivale, igualmente, à confissão de que a inflação não foi batida. O economista Francisco Lopes, um dos mais íntimos assessores de Bresser Pereira, declara, com toda naturalidade, que a alta dos preços deve bater no final do ano em torno de 5% a 6% ao mês, sendo necessário, agora, apenas segurar e administrar alguns aumentos. São índices muito elevados, embora inferiores às taxas dos últimos meses que antecederam o congelamento.

NOVO ARROCHO

Torna-se evidente que o controle da inflação não estava no centro das preocupações do governo quando este resolveu

baixar o Plano Bresser. Tratava-se, pelo contrário, de promover um ajuste na economia ainda mais favorável aos capitalistas (ampliando a taxa de lucros), atendendo em particular os interesses dos banqueiros estrangeiros.

Eliminou-se o gatilho, sob o argumento cínico de que não era um meio eficaz de reposição das perdas salariais. Agora, entretanto, o próprio ministro da Fazenda admite que "se a inflação continuar subindo, as perdas salariais, no futuro, serão maiores até que durante o período em que estava em vigor o gatilho salarial".

Guardam os economistas a soldo do Palácio do Planalto, como trunfo derradeiro, uma esperança sordida e hipócrita: a de que a queda violenta da demanda observada nos últimos meses em função do brutal arrocho dos salários acabe funcionando como um freio à inflação.

Isto não impede, é certo, certos rasgos populistas, como a fixação em Cr\$ 1 (número aparentemente cabalístico, provavelmente recomendado pelo chefe de assessoria de imprensa de Sarney, o astrólogo Getúlio Bitencourt) o aumento dos preços das passagens de ônibus. Fala-se, ainda, na concessão de um abono salarial aos trabalhadores, visando basicamente, sabotar a greve geral do dia 20.

Na verdade, os fatos comprovam que as tentativas de combater a inflação por meio de repetidos choques e congelamentos artificiais (como vêm sendo feitos na Argentina e no Brasil) até agora só resultaram em pesados sacrifícios para a população. Mas não lograram conter a alta acelerada dos preços. Como observaram economistas da própria burguesia durante o 7º Encontro da "Econometric Society", realizado em São Paulo, enquanto não se revolver o angustiante problema da dívida externa a inflação persistirá.

CONVERSÃO

Por baixo do pano

O deputado Aldo Arantes, do PCdoB, encaminhou ao Ministério da Fazenda um requerimento solicitando informações sobre a real situação em que se situa, hoje, a chamada conversão da dívida externa. Segundo o deputado José Serra, do PMDB, no primeiro semestre deste ano cerca de 450 milhões de dólares da dívida externa já foram convertidos em investimentos diretos no Brasil.

Também o ex-ministro Mário Henrique Simonsen fez afirmações semelhantes na semana passada em São Paulo, só com uma pequena diferença quanto ao volume que teriam sido convertidos. Foram 500 milhões de dólares nos seis primeiros meses do ano, segundo Simonsen. Ele acrescentou que já existem pedidos para que se converta uma quantia semelhante neste segundo semestre e sugeriu que o governo adote as regras mais liberais possíveis a fim de atrair os investidores estrangeiros (o ex-ministro é membro do Conselho Diretor

do Citibank).

Já o atual ministro, Bresser Pereira, tem se esforçado em dar garantias ao capital estrangeiro contra o "nacionalismo" de alguns constituintes, assegurando inclusive que a conversão da dívida será realizada.

Se as informações de José Serra e Simonsen forem confirmadas não cabem dúvidas de que os burocratas (ou tecnoburocratas, como prefere o senhor Bresser) em plantão no Palácio do Planalto, no afã de satisfazer os interesses do imperialismo, estão tripudiando sobre o poder da Constituinte, cuja Comissão de Sistematização afinal aprovou um projeto de lei (de autoria do constituinte Paulo Ramos), proibindo a conversão da dívida externa brasileira em investimento direto. Até agora a matéria não foi submetida a plenária unicamente por causa do boicote do tri-presidente Ulysses Guimarães, em manobra que contraria até mesmo o regimento da Assembleia Constituinte.



Ele quer atropelar a Constituinte

DEPUTADOS ESTADUAIS

Resoluções avançadas

Foi realizado nos dias 30 e 31 de julho, no Rio de Janeiro, o Congresso Nacional de Deputados Estaduais Constituintes, que discutiu os temas polêmicos da Constituinte e foi concluído com a aprovação de resoluções progressistas. A pauta girou, basicamente, em torno da forma de governo (presidencialismo ou parlamentarismo), duração do mandato de Sarney e sistema eleitoral.

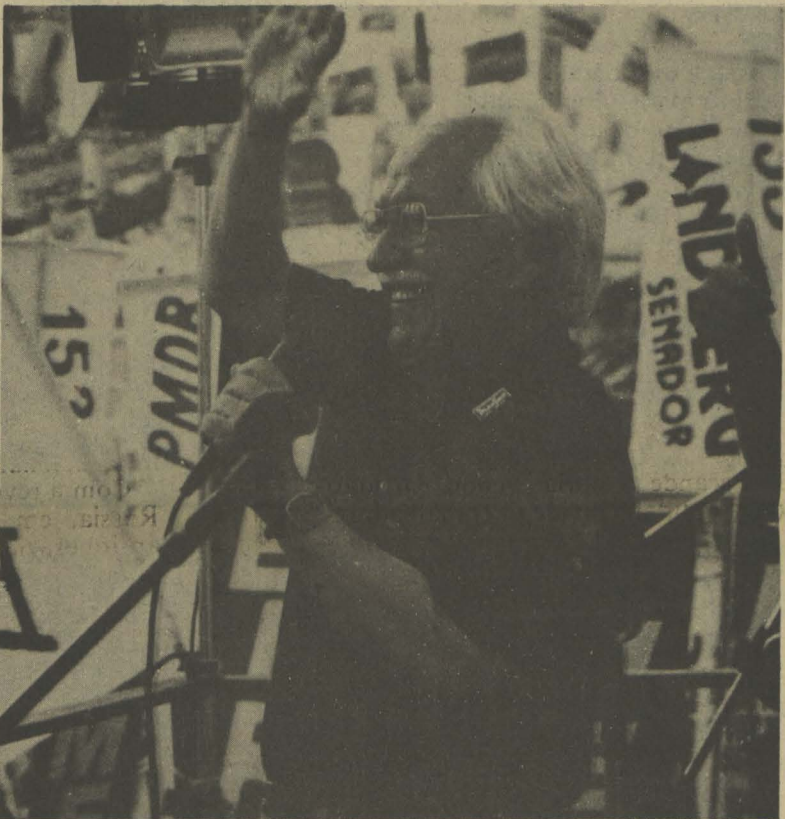
Participaram dos debates os deputados constituintes José Fogaça, PMDB/RS, defendendo o parlamentarismo; Vivaldo Barbosa, PDT/RJ, a favor do presidencialismo; Haroldo Lima, PCdoB/BA, defendendo um sistema eleitoral baseado exclusivamente no voto proporcional; César Maia, partidário do voto distrital, e o senador Pompeu de Souza, PMDB/DF, que posicionou-se pelo mandato de quatro anos para Sarney, lembrando: "Sou amigo de Sarney há 30 anos, mas há 71 anos sou amigo do povo brasileiro".

As resoluções aprovadas no final do encontro, depois de

acalorados debates, mostraram a predominância do sentimento progressista no congresso: mandato de 4 anos para

Sarney, sistema parlamentarista de governo e voto proporcional.

(da sucursal)



Pompeu, pelas diretas em 88: "Há 71 anos sou amigo do povo brasileiro"

Os novos Estados

Uma questão está sendo intensamente discutida em diversas regiões do país a partir de propostas até então predominantes no Projeto de Constituição: a criação de novos Estados. Na nossa opinião, essa é uma questão que precisa ser profundamente discutida. A criação de novos Estados precisa ser, em primeiro lugar, fruto expresso da vontade das populações envolvidas. Não é possível se criar novos Estados de forma artificial, baseado apenas na vontade de alguns caciques políticos regionais. Assim, a primeira questão que deve ser levada em consideração é que qualquer novo Estado a ser criado deve ser, primeiramente, aprovado por um plebiscito popular.

Um segundo aspecto deve ser considerado. A criação de novos Estados é uma atribuição da legislação ordinária e, portanto, não se trata de matéria constitucional que deva ser abordada pela Constituinte. Assim, a proposta de criação de uma Comissão de Redivisão Territorial do país, incluída no Projeto de Constituição, é a mais correta, na medida em que permite um aprofundamento da discussão sobre todas essas propostas de criação de novos Estados.

Analisando objetivamente as propostas de criação de novos Estados incluídas no texto do Projeto de Constituição, podemos observar alguns critérios diferenciados. A exceção do Estado do Tocantins, que conta efetivamente com o apoio maciço das populações envolvidas e



OPINIÃO
PARLAMENTAR
Lidice da Mata,
deputada federal
PCdoB/BA

com critérios sócio-econômicos que justificam a sua criação, todos os outros novos Estados propostos são totalmente artificiais e objetivam apenas beneficiar as oligarquias dominantes e que não contam com nenhum respaldo popular e a sua criação não resolveria os graves problemas econômicos e sociais enfrentados por essas regiões.

Essa situação é bem evidente no caso específico do Estado de Santa Cruz, que abrangeria 145 municípios do atual Estado da Bahia. Nesse caso, a situação é ainda mais esdrúxula. A região sul da Bahia, onde se concentra a zona cacaueteira, foi relegada a uma situação de grande abandono pelos governos estaduais baianos, particularmente durante o governo de João

Durval, o que contribuiu para o aprofundamento de seus problemas. A solução desses problemas, no entanto, não virá simplesmente com o desmembramento da região.

Além disso, o suposto Estado de Santa Cruz não se limitaria à incorporação de municípios do sul da Bahia, mas atingiria grande número de municípios da região sudoeste e do São Francisco, com características e problemas totalmente distintos.

Um outro aspecto que precisa ser destacado é o político. Essa redivisão territorial tem uma forte conotação política, na medida em que com a criação de novos Estados, a maioria deles em áreas atrasadas economicamente e com forte penetração das oligarquias, se estaria incorporando ao Congresso Nacional 18 novos senadores e, no mínimo, 48 novos deputados que, certamente, em sua maioria, seriam oriundos dos setores mais conservadores e oligárquicos, contribuindo para aumentar a presença conservadora no Congresso Nacional.

Por todas essas considerações, a bancada do Partido Comunista do Brasil está contra a criação de novos Estados e defenderá na Constituinte a criação da Comissão de Redivisão Territorial do país para que essa discussão seja aprofundada e as populações envolvidas possam se manifestar sobre essas questões, inclusive com propostas de criação de outros Estados, como o de Brasília, por exemplo, esse sim uma necessidade histórica.

CONSTITUINTE

Revés presidencialista

Realiza-se a primeira sessão extraordinária da Assembleia Nacional Constituinte, destinada à discussão do Projeto de Constituição a partir de uma divisão prévia dos temas a serem debatidos. Em primeiro lugar porque representou uma confirmação da tese defendida pelos setores progressistas, que brigaram pela ideia, de que essa fórmula contribuiria para aprofundar o debate constitucional. E isso efetivamente aconteceu.

Ao contrário das sessões ordinárias, o plenário da Constituinte estava repleto de deputados e senadores que foram ouvir os pronunciamentos sobre sistema eleitoral. Como se isso não bastasse, o resultado dos debates representou uma vitória das teses progressistas que defendem um novo sistema de governo para o Brasil. A grande maioria dos oradores inscritos defendeu a adoção do regime parlamentarista no Brasil, como forma de construir um poder político mais democrático e com a participação direta

dos diversos segmentos sociais. Apenas três oradores defenderam a manutenção do presidencialismo.

O grande destaque da sessão foi o discurso do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, que fez uma exposição histórica do presidencialismo no Brasil, concluindo que a história desse sistema é a história do militarismo e do poder arbitrário. A tônica geral das intervenções teve um conteúdo progressista, abordando a questão não a partir de análises conjunturais, mas sob um ângulo histórico e da estrutura do poder político no Brasil, mostrando o avanço que representa o sistema parlamentarista.

O constituinte Eduardo Bonfim, do PCdoB de Alagoas, foi um dos oradores da sessão. Em seu pronunciamento ele fez um histórico do presidencialismo, mostrando que "a trajetória de 98 anos de presidencialismo no Brasil é uma trajetória de instabilidade política", destacando que em quase meio

século de República, apenas dois presidentes eleitos completaram normalmente os seus mandatos: Campos Salles e Juscelino Kubistchek, ao mesmo tempo em que ocorreram 19 intervenções e golpes militares. Bonfim, concluiu afirmando que "um sistema de governo do tipo parlamentarista permitirá a descentralização do Poder Executivo, possibilitará o fortalecimento e a presença efetiva do Congresso Nacional no destino político de nossa Pátria e será, com certeza, um entrave à ação militarista em nossa sociedade".

Já as poucas defesas do presidencialismo, ao contrário, foram inconsistentes e, em geral, pautaram-se por argumentos conjunturais, sem entrar na análise do eixo principal da questão: a democratização do poder político.

Sem dúvida, o saldo desse debate representou uma vitória das posições progressistas e um fortalecimento das teses parlamentaristas na Constituinte.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Aprende-se até com Magri

As declarações de Antônio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, defendendo descaradamente posições patronais, servem muito bem para elevar a compreensão dos trabalhadores sobre as atividades nos sindicatos.

DOENÇA ANTIGA

Alguns, muito puros, imediatamente fazem uma cara de nojo e, com certo ar sofisticado, dizem logo: "Eu não disse, na CGT tem pelegos". E, com isto, querem dizer que é necessário partir para uma outra articulação nacional, onde este tipo de gente, como Magri, Medeiros e outros não estejam. Estes companheiros, muito bem intencionados, por certo, imaginaram uma entidade ideal, com dirigentes combativos, representativos de suas categorias, incorruptíveis e liderando contingentes de trabalhadores já muito bem organizados e com alto nível de consciência.

Podia-se dizer, no mínimo, que são preguiçosos. Querem as coisas prontas, recusam-se ao trabalho do dia a dia, imaginam uma "vacina" para livrar os sindicalistas das tentações do mundo burguês. No início do século, Lênin dizia que esta gente sofria a doença infantil do esquerdismo. Passados mais de 50 anos, já era tempo de algum amadurecimento.

O drama é que estes imaculados companheiros não percebem que o grande problema é livrar, na luta do dia a dia, milhões e milhões de trabalhadores de influência política e ideológica das classes dominantes e não atuar confortavelmente junto a líderes que eles consideram "bons elementos". Com o purismo e delicadeza de sua conduta, na verdade eles abandonam imensos contingentes de massas, deixando-os sob o domínio dos pelegos, que nada mais são do que agentes da burguesia no meio operário.

DEFEITO CONGÊNITO

A CGT padece deste mal na sua própria estrutura. Nasceu como uma entidade que pretendia aglutinar unicamente os que se autointitulavam de "combativos". De vez em quando se surpreende com um José de Fátima que, talvez por falta de tal vacina, adere até a Maluf. Mas o fundamental é que, mesmo se conseguir crescer bastante, não pode cumprir o papel central de uma entidade sindical, que é a de aglutinar toda a categoria, ou pelo menos a sua grande maioria. Sendo partidária, a entidade divide os trabalhadores.

A luta sindical exige muita flexibilidade. Se existem pelegos - ou, aparentemente no outro extremo, aventureiros de esquerda - não se justifica a tentativa de partir para uma organização isolada, de acordo com certos sonhos, mas muito longe da vida real. No sindicalismo, coexistem as mais diversas tendências e cada uma tem o direito de lutar por seus pontos de vista, desde que não se coloque em risco a unidade do movimento em seu conjunto.

UNIDADE AVANÇA

O episódio da greve geral é um bom exemplo. Magri revelou-se por inteiro como pelego. Imediatamente, dentro da CGT, levantaram-se protestos por todo lado e, pela pressão de baixo para cima - embora não organizada - CUT e CGT foram forçadas a chegar a um entendimento sobre uma data única, em 20 de agosto. De certa forma, criaram-se melhores condições para a luta em favor de uma única central sindical. Não que este grande e necessário passo esteja à vista, mas os argumentos neste sentido ganharam um grande impulso. Uma dose de água com açúcar pode acalmar os apressadinhos. E, quem sabe, fazer com que meditem e adotem um pensamento unitário e, portanto, mais revolucionário. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Desvio de rota

Não diga que é mentira porque senão o governo usa a Lei de Segurança Nacional. Mas em julho de 1986 foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento, com a promessa de financiar obras sociais e de infra-estrutura. E, agora, entre os planos do FND, surge a construção do caça AMX, equipado com canhões, mísseis e foguetes. Não vai ser fácil convencer aos brasileiros que o tal compulsório sobre automóveis e combustíveis - uma das fontes de recurso do FND - está sendo bem empregado.

Mais grave ainda é que o projeto do avião AMX é feito em associação com as empresas italianas Aermachi e Aeritalia. Serve para aprofundar os laços e dependência tecnológica do Brasil ao capital estrangeiro e, além disto, integra ainda mais profundamente o nosso país na estratégia de guerra do imperialismo no hemisfério sul.

O fato serve para demonstrar mais uma vez a total capitulação do governo Sarney às ordens dos generais e sua subserviência, ao mesmo tempo, ao capital estrangeiro. Mostra que o fim deste governo é uma questão chave para possibilitar mudanças. Não se pode confiar em quem promete realizar a transição para a democracia e rumar para uma outra forma de ditadura, que promete fazer obras sociais e investe na indústria bélica.

SINDICALISMO NOS EUA

Uma história de podridão

Nos últimos dias, o patronato elegeu Antônio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, herói do "novo sindicalismo" brasileiro. Isto porque ele se destacou como raivoso adversário da unidade das centrais sindicais, atacou antigas reivindicações dos trabalhadores e defendeu a proposta dos credores de converter parte da dívida externa em investimentos no país, privatizando as estatais. Diante de tanta bajulação, Magri comparou sua prática à do movimento sindical dos EUA, elogiando a AFL-CIO. Mas, afinal, qual a trajetória desse sindicalismo tão admirado por Antônio Magri?

O movimento sindical dos Estados Unidos ganhou corpo em meados do século passado. Na época, os jovens sindicatos adotavam uma linha de combate à exploração capitalista e, por isso, tiveram papel de destaque na jornada mundial de luta pelas oito horas. Em 1886, por exemplo, dirigiram mais de 5 mil greves pela redução da jornada. Para unificar os primeiros sindicatos dos EUA, em 1881 foi fundada a Federação Americana do Trabalho (AFL). Seu principal organizador foi Samuel Gompers.

Segundo George Morris, autor do livro "A CIA e o Movimento Operário Americano", já no final desse século começaram a se manifestar as tendências reacionárias na AFL. Ele mostra que com o desenvolvimento do capitalismo no país e sua expansão imperialista, surge nesta entidade uma corrente pragmática que prega a exploração de outros povos como forma de garantir algumas migalhas para a "aristocracia operária" local.

O primeiro sinal desse desvio aparece durante a guerra promovida pelos EUA para anexar antigas colônias espanholas, em 1898. Gompers, presidente da AFL, apóia o governo na agressão aos povos do Haiti, Porto Rico, Filipinas e Cuba. Com a I Guerra Mundial, essa tendência ganha força. Os sindicatos são orientados a conter a luta trabalhista para facilitar a presença dos Estados Unidos no conflito internacional.

Com a revolução proletária da Rússia, em 1917, essa política antioperária ganha cores mais nítidas. A AFL hostiliza a jovem pátria socialista e defende o envio de tropas militares ao norte da União Soviética, para, juntamente com exércitos europeus e japoneses, combater a república socialista. O anticomunismo vira bandeira da central sindical.

AFL condena as greves e prega o corte salarial

Para implantar essa concepção, a burocracia da AFL teve de esmagar toda a resistência interna. Lideranças sindicais comprometidas com a classe são denunciadas e rotuladas de "comunistas". A AFL também abandona a organização sindical por categorias e privilegia os sindicatos por empresas. O contrato coletivo de trabalho é substituído pelo individual. Toda essa ofensiva enfraquece o sindicalismo, que perde em pouco tempo mais da metade dos 5 milhões de membros que teve no passado.

Com a grande depressão do final da década de 20, o pouco que havia de sindicatos sadios sucumbe. Há algumas tentativas de resistir à crise econômica, como a greve dos têxteis em 1926 e a paralisação de 15 dias dos mineiros de carvão. A AFL condena esses movimentos e orienta os organismos-membros a apaziguar as lutas e a aceitar os cortes nos salários.

Durante esse período um novo fenômeno ocorre na vida sindical americana. Os sindicatos passam a ser ocupados por quadrilhas de contrabandistas, pelos gangsters. O objetivo é manter as entidades com o auxílio do mundo do crime e afastar delas as lideranças oposicionistas. A máfia chega a ter representantes no Conselho Executivo da AFL. O próprio Al Capone, líder do mundo do crime, investe nas organizações de trabalhadores. "É preciso manter o trabalhador afastado da literatura vermelha e do logro comunista", explicava o marginal.

Muitas entidades vinculadas à AFL abandonam qualquer veleidade de órgãos de luta e aplicam os recursos sindicais em empreendimentos capitalistas. Investem na bolsa de valores, compram terras na Flórida, viram acionistas de bancos. É a fase do conhecido "sindicalismo de negócio".

Outra chaga que se agrava nessa época é o racismo. Sindicatos profissionais pregam a exclusão dos negros do mercado de trabalho em crise e dos quadros de associados. A elitização das entidades aumenta. Estas só se preocupam com a organização dos setores de ponta da economia, com as profissões mais bem pagas, com a "aristocracia operária".

Em 1921 surge a Liga Educacional Sindical, liderada por William Foster, com o objetivo de se contrapor à orientação da AFL. Mas a burocracia sindical aumenta a pressão sobre os sindicatos. Os líderes da Liga são expulsos das entidades; os regimentos internos dos sindicatos passam a proibir a participação dos comunistas, inclusive nas eleições sindicais.

Uma nova e mais potente resistência aos dirigentes da AFL aparece na década de 30. Sindicatos descontentes organizam o CIO (Congresso das Organizações Industriais), que ganha força durante a II Guerra Mundial. Enquanto a AFL organiza e des de apoio a Hitler e Mussolini (como a Catai), a nova central articula uma frente antinazista.

A nova central também se coloca como alternativa real para organização dos trabalhadores semi-especializados, dos negros e desempregados. Sua principal base de sustentação é no Sul do País. Ela se estrutura como organização industrial, contrapondo-se aos sindicatos por empresa. Em 1935, o CIO participa da fundação da Federação Sindical Mundial central que conseguiu unir o grosso do sindicalismo do mundo no combate aos restos do nazifascismo. A AFL se recusa a participar da FSM.

Uma central sem democracia interna e afastada da base

Entretanto, a esperança de um novo sindicalismo nos Estados Unidos não durou muito tempo. Diante da feroz perseguição, principalmente no período da famosa "guerra fria", os dirigentes da CIO começaram a dar sinais de fraqueza. As grandes corporações capitalistas dos EUA se recusam a negociar com a CIO. O Congresso Nacional aprova a lei Taft-Hartley, proibindo o registro dos sindicatos caso seus dirigentes não se pronunciassem contra o comunismo.

A partir de 1948, a CIO começa a degenerar. O fracionismo interno, articulado pela AFL e pelo Departamento de Estado, dá seus primeiros frutos. Neste ano, a convenção da CIO em Portland decide adequar a organização à nova legislação sindical. Um ano depois, na convenção de Cleveland, dez organizações membros, representando 1 milhão de trabalhadores, são expulsas por manterem programas antiimperialistas. Em fevereiro deste mesmo ano, a CIO se retira da FSM. James Casey, secretário-tesoureiro da central, explica a decisão: "No passado unimo-nos aos comunistas para lutar contra os fascistas; em outra guerra, unir-nos-emos aos fascistas para lutar contra os comunistas". Logo após, a CIO apóia a agressão dos EUA à Coreia. E, em 1955, AFL e CIO se fundem.

Nessa longa trajetória, o sindicalismo americano consolidou sua estrutura orgânica e fixou sua linha político-ideológica. No terreno organizativo o que caracteriza a AFL-CIO atualmente é um sistema altamente burocrático e elitista, onde inexistem a democracia sindical. De acordo com Morris, "pelo menos 95% da votação nas convenções da AFL-CIO não provém de delegados eleitos. Quase todos os delegados são designados". O critério para medir o peso das entidades é a contribuição financeira dada à central sindical. "Cerca de 15 organizações da velha guarda da



AFL podem derrotar o resto dos delegados num congresso", diz Morris.

Em função dessa estrutura e da política subserviente à burguesia, os sindicatos dos EUA estão afastados da base. O nível de sindicalização é o mais baixo entre os grandes países capitalistas. Menos de um quarto dos trabalhadores são filiados aos sindicatos.

Os dirigentes de vários sindicatos-membros da AFL-CIO são indicados, não havendo eleições. As assembleias gerais de categoria são espaçadas. Às vezes levando mais de um ano para ocorrer. Os cargos de direção nas entidades, particularmente na central, são altamente remunerados, sendo comuns as denúncias de corrupção e mordomia.

Morris chega a afirmar que "nenhum país do mundo conseguiu igualar-se aos Estados Unidos no suborno e compra de dirigentes sindicais". E um antigo dirigente da União Nacional dos Marítimos, Hubert Warner, confessou um dia, indignado: "A gente sente que está enfiado na lama até os joelhos. Não se pode viver desta forma, porque estes não são homens do sindicato. São indivíduos doentamente corruptos, não têm moral".

A AFL-CIO tenta negar a existência da luta de classes e combate a maioria dos movimentos grevistas espontâneos. Seu projeto é a manutenção da exploração capitalista, como definiu George Meany, ex-presidente da central, numa conferência de empresários em 1965: "Nós cremos no sistema capitalista. Somos dedicados à preservação desse sistema. Não estamos dispostos a permutar nosso sistema por nenhum outro".

AFL-CIO participa de conspirações pró-imperialistas

Nessa linha, o sindicalismo americano sempre apoiou ativamente o imperialismo ianque. Durante a guerra do Vietnã, por exemplo, a convenção da AFL-CIO de São Francisco, em dezembro de 65, decidiu dar "apoio incondicional" ao governo. Posteriormente, a central participou da campanha de alistamento militar para a agressão. Já na crise da Guiana Inglesa, em 1964, o presidente nacionalista Cheddi Jagan denunciou a presença de onze dirigentes sindicais treinados nos EUA como as principais lideranças da conspiração golpista. Estes sindicalistas, articulados pela CIA, promoveram motins e greves para desestabilizar o governo.

Também no Brasil esta interferência se fez notar. Segundo René Dreifuss, no livro: "1964: A Conquista do Estado", "o sindicalismo americano teve atividade intensa nos anos que antecederam ao golpe militar, aju-

dando na conspiração". Sua ação visava desgastar o governo constitucional de João Goulart, enfraquecer e dividir os sindicatos de esquerda e apoiar os movimentos de direita. No caso, o principal receptor de dólares da AFL-CIO, foi o MSD-Movimento Sindical Democrático, que era dirigido por Antônio Pereira Magaldi, atual presidente da ultra-direitista USI.

Logo após ao golpe militar, o próprio William Doherty, dirigente da central americana, jactou-se do trabalho de corrupção de líderes sindicais brasileiros. Segundo ele, os sindicalistas treinados nos EUA "foram tão ativos que se tornaram intimamente envolvidos em algumas operações clandestinas da revolução. O que houve em 1º de abril não ocorreu por acaso - foi planejado com meses de antecedência. Muitos dos líderes sindicais, alguns deles em verdade treinados em nosso instituto, estavam envolvidos na revolução e na derubada do regime de João Goulart".

Mais recentemente, a revista americana "Business Week" revelou que "através de um grupo de institutos pouco conhecidos, a AFL-CIO gasta 43 milhões de dólares por ano em 83 países, geralmente em projetos contra o comunismo, que tendem a se fundir com temas da política externa dos EUA". Em 1985, a maior fatia desses recursos foi destinada a 22 países da América Latina, com ênfase para El Salvador e Nicarágua.

Para realizar essas operações, a AFL-CIO utiliza vários meios, como os adidos trabalhistas das embaixadas americanas e a Orit - organismo regional da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CILS), que está sob seu total controle. Ela também criou uma rede própria de organismos que disseminam sua ideologia pró-ianque pelo mundo. Um deles é o Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre. O Iadesil foi fundado em 1962 por Joy Lovestine, responsável pelos assuntos internacionais da AFL-CIO e notório agente da CIA. Quando criado, era um organismo tripartite. Reunia dirigentes da AFL-CIO, representantes de 65 poderosas multinacionais americanas e o governo.

É exatamente a este instituto que Antônio Magri presta serviços até hoje. Como dirigente do Instituto Cultural do Trabalho (ICT), filial brasileira do Iadesil, Magri é atualmente o principal porta-voz do sindicalismo americano no país. Quando fala contra a estabilidade no emprego e a redução da jornada e defende a conversão da dívida, reflete a ofensiva do imperialismo ianque no Brasil. (Altamiro Borges)

GREVE GERAL

Últimos retoques

Nos últimos dias, o sindicalismo brasileiro intensificou os preparativos da greve geral de 20 de agosto. CGT e CUT inclusive promoveram novas reuniões para fechar uma pauta de reivindicações conjunta, que deverá ser entregue ao governo. As centrais trabalham no sentido de realizar a maior paralisação nacional da história do país.

Após vários encontros realizados nas duas últimas semanas, os dirigentes da CGT e da CUT evoluíram no sentido de unificar as reivindicações da greve geral. Além de exigir o pagamento do resíduo, da inflação de junho e do reajuste mensal de salários, a paralisação terá como objetivo protestar contra a atual política econômica do Palácio do Planalto. Segundo as centrais, os trabalhadores não aceitam a política entreguista do governo, sua submissão de fato às ordens do FMI.

Outro êxito da greve será o combate à dívida externa, apesar de nesse ponto as centrais não terem chegado a um acordo. Enquanto a CGT defende a suspensão do pagamento da dívida, conforme resolução do seu congresso de fundação, a CUT propõe o não pagamento. Outro item da pauta que também gera divergências é a questão das eleições diretas em 1988. A CUT e mais de 11 CGTs estaduais incluíram essa bandeira na mobilização da greve. A última plenária nacional da CGT, entretanto, não tomou uma posição definitiva sobre o

tema, dando autonomia aos Estados. Por último - e aí há consenso - a paralisação nacional servirá como pressão por uma Constituição Democrática e Progressista.

Além de dar novos passos no rumo da unidade, as centrais sindicais aumentaram a divulgação da greve. CGT e CUT confeccionaram milhares de cartazes e folhetos. Decidiram realizar mutirões nos bairros e feiras-livres e comícios-relâmpagos nas portas das grandes fábricas. Os 1.200 sindicatos e 65 federações vinculados à CGT receberam orientação no sentido de reforçar a mobilização. Conforme afirma a circular da central, "a perda salarial de 51% exige a reação dos trabalhadores".

O aumento da mobilização inclusive já foi sentido pelo governo. Após checagem feita pelas DRTs, a própria Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho reconheceu que nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro os preparativos do protesto se intensificaram. Segundo o órgão governamental, após a unificação das centrais cresceram as possibilidades do sucesso do movimento.

Em função desse crescimento, governo e patrões passaram a se preocupar com a greve e a fazer ameaças. O ministro do Exército chegou a falar que os militares estarão de prontidão no dia 20. Já a Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) emitiu uma nota condenando a greve e a Fena-ban (federação dos banqueiros) anunciou que cortará o ponto dos grevistas.



Foto: Maré

As mobilizações pela reforma agrária têm aumentado no Maranhão durante os últimos anos

MARANHÃO

Camponeses se organizam

Cerca de 700 camponeses reuniram-se no dia 19 de julho, no Colégio Bandeirantes, no município de Santa Luzia, para ouvir as propostas do Instituto de Colonização de Terras do Maranhão (Interna), e também apresentar suas reivindicações. Ficou claro no debate que o governo Sarney promove o boicote de todas as medidas em favor da reforma agrária.

Os camponeses, que elegeram uma "comissão agrária", reivindicam entre outras coisas, a regularização das pequenas e médias posses, que cobrem quase metade do município, a solução imediata de 10 conflitos agrários mais graves e o encaminhamento das desapropriações dos latifúndios legalizados pelo Getat ou por governos anteriores. Três destes latifúndios já estão ocupados por cerca de 500 famílias.

O presidente Sarney, após reter por cinco meses os processos de desapropriação das glebas Sanbra e Araguari, pertencentes às multinacionais Sanbra e Merck, devolveu-os ao Incra, revelando a intenção de jogar o assunto para depois, indefinidamente.

A COMISSÃO AGRÁRIA

A organização dos camponeses para exigir a reforma agrária nasceu da luta vitoriosa pela desapropriação de dois latifúndios, a fazenda Karina (com 24.300 hectares) e a fazenda Sapucaia (com 14.500 hectares). A partir daí foi realizada uma reunião com 350 trabalhadores dos mais diversos povoados, elegendo uma comissão coordenadora, englobando líderes sindicais, uma representante da União de Mulheres, o líder do PMDB na Câmara Municipal, um representante do PCdoB e outras pessoas.

Esta comissão municipal se preocupa agora em difundir a experiência e colaborar na organização dos posseiros e camponeses em outras cidades. E como os conflitos têm se agravado, é de se prever uma rápida estruturação de comissões deste tipo, visando discutir os problemas e sistematizar novas formas de luta.

SANTA INÊS

A partir da luta de 80 famílias que reergueram, após 12 anos, o povoado de Jussara do Capistrano, nas terras de um dos latifundiários e pistoleiros mais odiados da região - já fale-

cido - uma nova atitude vem sendo adotada pelos sem-terra do município de Santa Inês. Recentemente dois latifúndios foram ocupados para que dezenas de famílias de trabalhadores rurais pudessem ter um meio de vida.

Com as lutas e com o debate que se travou, descobriu-se que metade da sede do município está grilado pela imobiliária Rochedo que, há anos, vem cobrando taxas ilegais dos moradores. Como se isto não bastasse, a imobiliária pretende ser dona de mais três mil hectares abarcando dez dos mais antigos povoados como Santa Filomena, Alto da Cruz, Eneruzilhada, Piquizeiro,

Lago Verde, Canceia e outros, onde moram e trabalham há décadas centenas de pequenos e médios camponeses.

O prefeito da cidade, atropeladamente, tenta comprar as terras, por mais de 85 milhões de cruzados, tudo isto sem levar em conta que os registros dos terrenos não foram suficientes para que, em 1980, o Incra regularizasse a gleba. Mais uma vez o povo pode sair perdendo.

Em função desta situação, já foram dados os primeiros passos para a formação da comissão agrária provisória de Santa Inês, envolvendo moradores dos bairros e lavradores.

(da sucursal)

Concessão ao latifúndio

Através da portaria nº 104, do dia seis de julho, o ministro Marcos Freire promoveu a já esperada transformação do Plano de Reforma Agrária em Plano de Negociação - melhor seria Plano do Negócio Agrário.

Nos considerandos do decreto, além de reforçar os termos negociação e entendimento - quando os latifundiários já disseram inclusive que estavam comprando armas - trata-se de justificar a criação de mais uma estrutura burocrática para examinar os processos de desapropriação. O ministro deve ter esquecido que as desapropriações passam pelo crivo de quatro engenheiros agrônomos, seis procuradores, quatro técnicos em cadastro, quatro topógrafos ou cartógrafos, além de dezenas de chefias, antes de passar propriamente pela estrutura do Mirad. Ou seja, não é, na imensa maioria dos casos, por problemas técnicos que as desapropriações não saem. A questão chave é de natureza política.

Recentemente, mais de 50 processos foram devolvidos ao Incra, depois de dormirem vários meses nas gavetas do presidente Sarney - inclusive as glebas envolvendo a Sanbra e a Merck no Maranhão. Mas o mesmo Sarney recebeu de



Longa espera pelo direito à posse da terra

bom grado o presidente da organização fascista UDR.

Nenhuma das duas atitudes teve conotação técnica.

Os latifundiários se opõem ao PNRA e levam o questionamento para a Justiça, não por problemas técnicos. Eles não toleram que se toque no que consideram como o maior dos direitos, que é a sua propriedade. Não vai ser nenhuma comissão a mais que, ao examinar os processos, resolverá o problema. O decreto 104 é apenas mais uma concessão do governo à UDR e ao latifúndio.



Foto: Herbert Marcu

No enterro o povo pede punição aos assassinos.

ASSASSINATO DE FONTELES

Criminosos impunes

No próximo dia 11 de agosto completam dois meses o assassinato do advogado de posseiros Paulo Fonteles. Apesar de alguns êxitos na elucidação do crime - como a identificação dos pistoleiros, do intermediário e de alguns dos possíveis mandantes - até agora não foi realizada nenhuma prisão. Até o momento o Partido Comunista do Brasil e a família Fonteles consideraram que o sigilo nas investigações era importante para facilitar a prisão dos pistoleiros, indispensável para a prisão dos mandantes. Mas diante dos indícios que apontam no sentido de que estas prisões podem estar sendo proteladas pela Polícia Federal, preparam-se para abrir para opinião pública todas as informações contidas no inquérito policial. Em seguida irão desfechar uma campanha no Estado do Pará, exigindo a punição dos assassinos.

Somente uma intensa mobilização de todas as forças democráticas e progressistas pode garantir a completa elucidação do crime e a prisão de todos os envolvidos. Como se suspeitava desde o início, tudo indica que estão envolvidos grandes latifundiários e poderosos grupos econômicos proprietários de vastas extensões de terra no Pará, ligados à UDR.

MANIFESTAÇÕES

Estão programadas várias manifestações durante a campanha pela punição dos assassinos de Paulo Fonteles. No dia 7 de agosto será realizado um ato na abertura das comemorações dos dez anos de fundação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, que teve como primeiro presidente Paulo Fonteles. Dia 11 pela manhã haverá um ato promovido pelo Sindicato dos

Advogados; à tarde ocorrerá uma sessão solene na Assembleia Legislativa, onde Fonteles teve uma destacada atuação durante sua legislatura como parlamentar de 1983 a 86; à noite o PCdoB e a família realizarão um ato com a participação de caravanas do interior. Nessa oportunidade será instalada a Fundação Paulo Fonteles, que tem por objetivo preservar sua memória, divulgar seus trabalhos, mostrar a luta pela qual Fonteles deu a vida.

A proposta da criação da Fundação encontrou uma enorme receptividade no seio do povo paraense. Os mais diversos segmentos da sociedade local manifestaram o desejo de contribuir para o seu êxito. Está sendo montado um programa de realizações, que inclui um filme em vídeo, um livro de poesia de Paulo Fonteles, um livro com pronunciamentos e fotografias de Paulo, um disco com músicas feitas em sua homenagem.

VIOLENCIA CONTINUA

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xinguara, no Sul do Pará, enviou telegrama ao governo, pedindo proteção aos trabalhadores rurais daquele município, vítimas da violência do latifúndio. Pistoleiros continuam matando e ameaçando a população; diretores do sindicato e posseiros estão sendo perseguidos e ameaçados de morte. Os pistoleiros se sentem tão bem protegidos que entram na cidade armados e atirando sem que as autoridades locais tomem qualquer providência. Alguns pistoleiros dizem abertamente que são contratados pelo latifundiário Manoelzinho de Sá, que se diz proprietário das fazendas Marajuara e Barreiro Preto.

(da sucursal)

Mulheres na UDR

Na segunda quinzena de julho, em Iturama, Triângulo Mineiro, foi criada a seção feminina da UDR pelo presidente da entidade dos latifundiários daquela cidade, Nivaldo Amaral. Não escondendo sua visão reacionária, Amaral quer que as mulheres "ajudem e deem força aos homens na luta pela propriedade privada e pela livre iniciativa".

As mulheres que integram a seção feminina da UDR de Iturama não têm função definida e não ser apenas "ajudar os maridos", como explica Terezinha Lima, uma das organizadoras da seção. Seus membros não têm direito à voto nem à participação na diretoria "bastando que participem do trabalho", nas palavras daquela organizadora, expressando a visão tacanha dos latifundiários sobre o papel da mulher.

A iniciativa de criar a seção feminina da UDR será acompanhada também da criação da seção juvenil "para que as crianças e jovens aprendam a defender os bens que vão herdar", como afirma descaradamente o presidente da entidade em Iturama. A organização de órgãos de caráter fascista envolvendo mulheres e jovens mostra bem a dimensão que essa organização reacionária quer tomar na vida política do país. Como diz o Boletim Alerta Mulher, do Movimento Popular da Mulher, de Belo Horizonte: "Eles não usarão a luta da mulher impunemente como impunes estão sendo os seus crimes contra o povo do campo. Em defesa do pão de cada dia apoiaremos a reforma agrária até que todos tenham terra para nela trabalhar".

(da sucursal)

CPB faz conferência

Nos dias 19 a 23 de julho foi realizada em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Educação, promovida pela CPB. Mais de 200 representantes de professores das escolas públicas estaduais bem como entidades de professores e estudantes (UNE, Andes, Cedes) federações e sindicatos de professores, CGT e CUT, discutiram animadamente o tema: a escola que interessa aos trabalhadores.

O encontro mostrou a necessidade de uma luta em plano nacional para consagrar na Constituição a defesa da escola pública e gratuita, unitária e laica e para garantir que as verbas públicas sejam destinadas unicamente às escolas públicas e não para os comerciantes do ensino. Os conferencistas pronunciaram-se também em favor de eleições em 1988 logo após a promulgação da Constituição.

Em continuidade a esta reunião, devem ser realizados nos Estados encontros populares de educação e, no ano que vem, este movimento deve culminar num Fórum Nacional. A perspectiva é, depois da batalha da Constituinte, definir uma nova lei de Diretrizes e Bases para a Educação.

Os participantes decidiram ainda participar da greve geral convocada para 20 de agosto e promover uma grande concentração popular em Brasília para pressionar os constituintes.

Oposição unida no Rio

Realizam-se nos dias 24, 25 e 26 próximos as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. A oposição uniu-se na chapa 2, integrada pela OSM-CUT, Ferramenta-CUT e Garra Metalúrgica. Encabeçada por Washington da Costa, e tendo entre seus integrantes o ajudante de manutenção da Ishibrás, Luis Alberto Albuquerque Chaves, a chapa 2 se propõe a mudar o sindicato e avançar nas conquistas dos metalúrgicos.

O problema de organização nas empresas é uma das questões cruciais enfrentadas pelos metalúrgicos. Apenas uma grande indústria, a Standard Elétric, tem comissão de fábrica organizada.

O atual presidente do sindicato, Valdir Vicente, é conhecido como "presidente itinerante" ou "marajá", devido às suas constantes viagens ao exterior durante os três anos de sua gestão. Seu comportamento durante a greve da categoria em 1985 é duramente criticado. Na ocasião, Valdir não colocou a máquina sindical a serviço da luta operária. Os piquetes ficaram sem aparelhagem de som, sem comida, sem preparo. Na campanha salarial de 1986, a inabilidade da direção sindical levou a categoria a ficar com um aumento de apenas 9%, após julgamento de dissídio, quando o próprio patronato havia oferecido 12%! Devido a ações como essas, o piso da categoria hoje, de apenas Cr\$ 2.200, é o menor dentre os dez sindicatos de metalúrgicos do Estado do Rio.

Por isso a chapa 2 considera que o principal objetivo seu é "fazer do sindicato um instrumento de luta da classe trabalhadora, a porta para as mudanças". Neste momento os integrantes da chapa 2 estão empenhados em garantir a presença metalúrgica na greve geral do dia 20.

A base metalúrgica carioca é de 180 mil operários, espalhados em 7.500 fábricas. O número sindicalizados é de 20 mil.

METALÚRGICOS DE VESPASIANO - MG

Comissão de fábrica na BMB

Os operários da BMB - Belo Mineira Bekaert de Arame Ltda., de Vespasiano, em Minas Gerais, conquistaram uma importante vitória. Depois de muita mobilização, inclusive greves, foi criada uma Comissão de Fábrica, composta por 14 elementos.

Tudo iniciou em meados de 1985, com a posse da primeira diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Vespasiano e Lagoa Santa. Naquela ocasião a comissão de fábrica foi um dos principais itens da pauta de reivindicações. Os patrões não quiseram nem discutir esta questão.

A luta continuou e em março de 1986 os trabalhadores tenta-

ram detlagar uma greve contra o arrocho salarial embutido no Plano Cruzado I. A paralisação não foi em frente devido à repressão policial e as ameaças de demissão em massa. Diante disso os trabalhadores sentiram ainda mais a importância de se ter uma Comissão de Fábrica.

Em outubro daquele mesmo ano, os metalúrgicos realizaram uma greve que durou quatro dias, sendo que alguns deles ocuparam o interior da fábrica. "A partir daí a conquista da Comissão de Fábrica tornou-se uma questão de tempo", afirma Washington, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Vespasiano. Isso aconteceu com

uma nova greve por tempo indeterminado, que se deu logo após a assinatura do acordo, quando a empresa concedeu um aumento superior aos metalistas (chefes), em detrimento dos horistas.

Vendo a força do movimento dos trabalhadores, os patrões cederam, negociando com o Sindicato a formação de uma comissão de empregados. "Desta negociação surgiu a Comissão de Fábrica e ainda outras conquistas como o retorno de férias de 70 horas, aumento do adicional noturno e aumento suplementar de 6,19%", conta José João, diretor sindical que trabalha na BMB.

(da sucursal)

UNE-50 ANOS

A força e a voz dos universitários

A União Nacional dos Estudantes comemora 50 anos. Fundada na Casa do Estudante do Brasil, a entidade representou uma tomada de consciência da necessidade de organização constante e nacional da participação política dos universitários. Foi no 1º Conselho Nacional de Estudantes, instalado em 11 de agosto de 1937, que nasceu a UNE.

A UNE foi construída na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo. De 1942 a 1945, os estudantes se bateram pela derrota do nazifascismo e pela democratização do país. No dia 4 de julho de 1942, a entidade liderou uma das maiores passeatas já organizadas pelo movimento estudantil brasileiro, logo tachada de "altíssima subversiva" pelas autoridades. A UNE também organizou uma Campanha Pró-Aviões, que doou três aviões à FAB - o que jogou um peso fundamental para que o governo brasileiro participasse da II Guerra ao lado dos Aliados. E foi também em 42 que os universitários ocuparam o Clube Germânia, na Praia do Flamengo, onde viria a funcionar, desde então, a sede da entidade.

REPLESÁLIAS DO GOVERNO

Em resposta, o Estado Novo determinou a criação, em 1943, da Juventude Brasileira - nos moldes da juventude arrematada por Mussolini -, que deveria se instalar na sede do Flamengo. Mas a reação dos estudantes levou o governo a revogar a portaria que instalava a sucursal estudantil da ditadura. Na luta contra o Estado Novo, a participação dos universitários foi significativa, assumindo bandeiras como a anistia, por exemplo.

Findo o governo despótico, de 1947 a 50 a UNE destaca-se na defesa do patrimônio territorial e econômico brasileiro, empolgando com a campanha pela criação da Petrobrás. Houve lançamento simultâneo no Rio e São Paulo da Campanha do Petróleo é Nosso. Conquistou-se igualmente a gratuidade do ensino universitário, passo importante para democratizar e possibilitar a ampliação do acesso aos cursos superiores.

ASCENSÃO DIREITISTA

Um grupo direitista conseguiu eleger, em 1949, Paulo Egydio Martins para presidente da UNE. Inaugura-se o Período Negro ou Policial, que durou até 1956. Quem dava as ordens era uma estudante norte-americana, Helen Rogers,

enviada pelo Departamento de Estado dos EUA. A Casa Branca lança uma ofensiva ideológica internacional, e busca se infiltrar no movimento estudantil brasileiro.

Graças à oposição realizada pelos universitários progressistas durante 1955-56 e à ampla participação em movimentos populares, como a luta contra a carestia, foi possível a recuperação democrática da UNE.

A década de 60 foi marcante na história da entidade. Na gestão de Aldo Arantes, em 1961, a UNE destaca-se na Campanha da Legalidade, que garantiu a posse de João Goulart após a renúncia do presidente Jânio Quadros.

GREVE DO 1/3

São realizados os seminários de reforma universitária, que aprofundam a visão crítica da universidade e elaboram propostas para a sua reforma. No segundo seminário, realizado no Paraná, é aprovado um programa de lutas e ainda na gestão de Aldo Arantes é deflagrada a "Greve do 1/3", que exigia a participação de 1/3 dos estudantes nos órgãos colegiados de administração da universidade, com direito a voto.

Todo o país foi percorrido pela "UNE-Volante", caravana dos diretores da entidade com artistas, que levava a mensagem do movimento até mesmo através de peças como o "Auto dos 99%". A greve paralisou a maior parte das 40 universidades do país por mais de um mês. Contudo a reivindicação não foi atendida.

Era uma época de intensa luta política. As "reformas de base" estavam na ordem do dia. O movimento popular mobilizava-se pelo avanço da sociedade. A direita tentava suas provocações golpistas. Os universitários lançavam-se em campanhas de alfabetização de adultos, de erradicação de doenças no campo, entre outras. Nos centros urbanos, o Centro Popular de Cultura levava às favelas e subúrbios uma arte, principalmente teatro, de protesto e esclarecimento.

NA MIRA DOS GENERAIS

Com o golpe militar de 1964, a UNE foi um dos primeiros



Foto: Irmo Leiso

Na clandestinidade ou na legalidade, a UNE nunca deixou de congrega os universitários na defesa de um ensino democrático e progressista

alvos da repressão. A sede do Flamengo foi invadida, saqueada e queimada. A perseguição foi intensa dentro das universidades e a legalidade da UNE foi cassada. Após o aniquilamento da Universidade de Brasília, a repressão geral seria institucionalizada em 1965 com o AI-5 e em especial, para extinguir o movimento estudantil, a Lei Suplicy, que criava o Diretório Nacional do Estudante e seus órgãos estaduais, os DEE's. Eram entidades sem autonomia perante o Executivo, que visavam substituir as organizações tradicionais dos universitários a nível nacional e estadual.

Mas o efeito foi o oposto. Os universitários se rearticularam e defenderam suas entidades legítimas. Foram travadas grandes batalhas entre o movimento estudantil e o regime militar, contra os acordos MEC-Usaid, a reforma da universidade imposta pelos militares. Era a resistência à fascistização do regime, que tinha início nos anos 66-68. Os estudantes tomaram as ruas com grandes manifestações e passeatas.

No congresso de Ibiúna (interior de São Paulo), em 68, a maioria dos líderes estudantis foi presa. Entre estes, os diretores da UNE. A entidade, a partir de então e até 1971, resistiu na clandestinidade, quando seu presidente, Honestino Guimarães, foi morto pela ditadura.

RECONSTRUÇÃO

Durante os primeiros anos da década de 70, o movimento estudantil se resumiu a alguns encontros de cursos, que se reuniam com caráter científico, o que mais tarde contribuiu para a reconstrução da UNE. Os estudantes somente voltariam às ruas a partir de 1977. Defendiam o rebaixamento das mensalidades, revogação das punições impostas aos colegas, mais verbas, fim do jubileamento, melhoria dos restaurantes universitários. Isto só não bastava, e abraçaram também a anistia ampla e irrestrita aos presos, exilados e banidos políticos.

Organizaram-se encontros nacionais de estudantes e, finalmente, em maio de 1979, no congresso de Salvador, foi reconstruída a UNE. A rearti-

culação dos estudantes a nível nacional teve grande valia para a conquista da anistia e significou um passo importante para o movimento democrático no sentido de pôr fim ao regime militar.

Nos últimos anos, a atuação da UNE tem se pautado pela combatividade na luta contra o

regime militar, pelas "diretas já", por mais verbas para a educação, pela soberania nacional, em defesa da democracia e da liberdade, por uma universidade autônoma, democrática e progressista, em defesa do ensino público e gratuito. Em 1985 a UNE reconquistou sua legalidade e reconhecimento e neste ano de seu cinquentenário recupera sua histórica sede na praia do Flamengo.

Com 1,5 milhão de universitários no país, a UNE tem uma grande importância na vida política nacional - resgatando seu passado pleno de lutas, colocando os estudantes ao lado do povo por uma Brasil democrático e progressista.

(Beatriz Teixeira)

Festas e lutas

Quais têm sido as principais atividades da UNE ao comemorar seus 50 anos?

A UNE está comemorando seu cinquentenário, como sempre esteve, presente na sociedade brasileira. Estamos integrando o Comitê Supra-partidário com as entidades e os partidos políticos pelas diretas em 88, desenvolvendo nas universidades lutas contra os aumentos das mensalidades e pela reforma universitária e acompanhando passo a passo o trabalho da Constituinte e mobilizando os estudantes no sentido de garantir uma Constituinte democrática e progressista.

Como a UNE pensa em comemorar seus 50 anos junto aos estudantes e à sociedade brasileira?

Nós vamos iniciar a comemoração do cinquentenário com um grande ato-show no terreno da UNE na Praia do Flamengo, que foi recuperado no mês de maio. Um ato que vai reunir ex-dirigentes da UNE, com atividades culturais e com a inauguração de um monumento em homenagem aos 50 anos da UNE e aos estudantes, que foi aprovado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Além disso, estarão presentes ao ato personalidades ligados ao CPC. O encerramento será um show de Sá e Guarabira. Estamos programando comemorações como esta para vários Estados: em São Paulo, na primeira quinzena de setembro, no Paraná, Pernambuco, Goiás e Bahia. Nós vamos tentar retomar



Foto: Altom S. Leite

Gisela, da UNE: presença estudantil na luta por diretas-88

este ano, através do Centro de Memória do Movimento Estudantil, a história das lutas dos estudantes do Brasil, que vai contar com concursos de monografia sobre a história do movimento estudantil em todos os Estados.

Também vamos iniciar a campanha pela reconstrução da sede da UNE no Flamengo. Vamos comemorar os 50 anos não só com festas, mas com luta e discutindo com os estudantes o importante papel que o movimento joga na atualidade, na busca de mudanças na universidade como no país.

Ao comemorar 50 anos, a UNE realizará seu 38º Congresso. O que vocês já vêm preparando para este evento?

Nós estamos discutindo com as demais entidades que,

junto com a diretoria da UNE, formam a comissão

organizadora do congresso, a

necessidade de realizarmos

um grande fórum este ano,

não só por ser o cinquentenário de nossa entidade, mas

pela necessidade de darmos

uma resposta à grave crise

que vive o país e a universidade brasileira. Por isso, nós

devemos realizar, de 9 a 12 de

outubro, o Congresso dos 50

anos da UNE, na cidade de

Campinas. Este, certamente,

será o maior Congresso da

UNE, por sua representatividade e importância política.

Tribuna Operária

-Fone: 221-5444 - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
PARÁ - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000.
Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º

andar - Centro - CEP 58100.
PARANÁ - Curitiba: R. Saldanha Maranhão, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 80000.
Londrina: R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
PIAUÍ - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64000.
PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigário Batista, 216 - CEP 54500.
Garanhuns: R. Dantas Barreto, 3, sala 1 - Centro - CEP 55300.
Recife: R. do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundiaí, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vigário José Inácio, 687 - CEP 90000.
Bento Gonçalves: R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700.
Canoas: R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010.
Caxias do Sul: R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100.
Pelotas: R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015.
Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas.
Santa Maria: R. Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015.
Rio Grande: R. Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200.
Ijuí: R. 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar - Caixa Postal 644 CEP 98700.
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000.
Niterói: Av. Amador Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000.
Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 80, sala 101 - CEP 25000.
Nova Iguaçu: Ruaessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.
SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antonio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470.
Botucatu: R. Armando de Barros, 817, 1º andar, sala 2 - CEP 18600.
Campinas: R. Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100.
Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500.
Ouro Preto: R. Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20, 2º andar, sala 12 - CEP 06000.
São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560.
Taubaté: R. Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100.
São José dos Campos: R. Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200.
Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.
SÉRGIOPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.
A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda., - Composição, Post-Up e Fotolito: Pauta Editora Ltda. Fone: 35.9388 - Impressão: C&P Joffe, Fone: 815.0099 - São Paulo

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011)
Telefax: 01132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel.
ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000.
Maceió: R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: R. Simom Boli-var, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro, Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.
Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.
Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600.
Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar -

Centro, Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060.
Paratinga: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500.
Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000.
Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
CEARÁ - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000.
Iguatú: praça Otávio Bomfim, s. n. Altos, - CEP 63500.
Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300.
Vitória: R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000.
Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: R. Grande, 921

Fundação Maurício Grabois

Índios demarcam seus direitos

Os índios estão se mobilizando intensamente para garantir seus direitos na Constituinte. O ponto fundamental desta luta é conseguir que suas reservas territoriais sejam demarcadas o mais rápido possível. A recente tentativa - fracassada - da Funai (Fundação Nacional do Índio) de permitir que empresas mineradoras entrassem em áreas indígenas, veio demonstrar como é urgente definir esta questão.

Enquanto coletava assinaturas na Praça da Sé, no centro de São Paulo, para a emenda popular do movimento indígena à Assembléia Constituinte, Ailton Krenak, coordenador nacional da União Indígenas (UNI), que congrega 180 grupos étnicos, falou à *Tribuna Operária*. Krenak explicou o trabalho árduo que se tem feito para evitar a dispersão de seu povo, sobre a violência institucionalizada do Estado contra eles, as mazelas da Funai, do projeto "Calha Norte", entre outros pontos.

TO: O que vocês estão propondo para esta emenda à Constituinte?

Krenak: Esta emenda tem um programa que nós poderíamos resumir em três pontos fundamentais. 1) O reconhecimento pelo Estado brasileiro da existência das micro nações das populações indígenas, reconhecer que o Brasil é um país pluriétnico. 2) Que essas populações têm direitos históricos que devem ser figurados na Constituição. 3) Como consequência desse reconhecimento dos direitos históricos, que o Estado demarque as terras ocupadas por populações indígenas, assegurando a elas o usufruto de todos os recursos naturais existentes nessas regiões.

Esta proposta que nós estamos veiculando na rua já está no anteprojeto do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização. Ela já passou por várias comissões e subcomissões e nós conseguimos manter o texto na íntegra. Agora nós estamos correndo esta emenda popular a nível nacional como uma forma de reafirmar os princípios que nós já temos no anteprojeto Bernardo Cabral, porque a direita está tentando arrebentar com o nosso anteprojeto. A direita está tentando, sobretudo, acabar com a garantia do usufruto das riquezas naturais para as populações indígenas.

Funai tentou abrir reservas indígenas às mineradoras

TO: Como foi esta história da permissão das mineradoras entrarem nas reservas indígenas?

Krenak: A mineração em terras indígenas é uma questão polêmica. Em 1983 o presidente Figueiredo assinou um decreto que abria as áreas indígenas às empresas mineradoras. Mas nós entramos com uma ação na Procuradoria Geral da República arguindo a inconstitucionalidade deste decreto. Em função disso o decreto ficou paralisado. Desde 83 as empresas estão tentando entrar na marra nas reservas. Agora, no mês de maio deste ano o lobby das mineradoras conseguiu que o presidente da Funai, Romero Jucá, montasse uma portaria regulamentando o decreto - que é inconstitucional - e abrindo as áreas indígenas aos interesses das mineradoras. Só depois que o presidente da Funai botou esta portaria na rua, nós

fomos ao Aureliano Chaves e dissemos: 'Você está sendo atropelado por um cara do segundo escalão'. Aureliano disse que todos os alvarás expedidos a partir daquela portaria seriam por ele revogados. Em função desta postura do Aureliano Chaves - por causa de uma briga interna deles - nós estamos conseguindo até hoje manter fechada as áreas indígenas à mineração. Nós esperamos levar para dentro do Congresso esta discussão e não permitir que este negócio seja decidido entre o lobby das mineradoras e a canalha da Funai.

TO: A matança de índios continua (como a dos Xacriabá, em Minas Gerais), 19 Makuxi foram presos em Roraima (veja matéria ao lado). Diante de fatos como estes, pode-se dizer que melhorou a situação dos direitos humanos para com os indígenas?

Krenak: Houve um avanço significativo no que toca à participação dos índios nas questões nacionais. Hoje a opinião pública brasileira está muito mais atenta com o que se passa com os índios. Se isso pode ser considerado um avanço enquanto consciência da existência das populações indígenas, nós teríamos que pensar com mais cuidado a questão do avanço das relações do Estado nacional com as populações indígenas. Nisso eu creio que não mudou nada. Se mudou, mudou muito pouco: As populações indígenas continuam sendo objeto de uma verdadeira guerra de extermínio por parte do Estado e essa guerra de extermínio se dá, principalmente, pela expropriação territorial, que tem como consequência a desagregação de grupos indígenas, a perda da identidade cultural e em muitos casos a perda da própria vida. No enfrentamento diário com o latifúndio, no enfrentamento diário com a jagunçagem, a população indígena tem perdido em algumas regiões do Brasil mais gente do que em muitas guerras. Temos estimativas de que de 1982 até agora morreram mais índios aqui do que em três anos de combate em El Salvador.

TO: E os responsáveis por estes crimes não são punidos?

Krenak: Em última análise a responsabilidade por esta violência institucionalizada que é praticada contra as populações indígenas é do governo brasileiro, do Estado nacional. Organismos internacionais, como a ONU, comissões de direitos internacionais, embai-



Foto: Moreira Mariz

xadas de países do primeiro mundo têm se manifestado constantemente junto ao governo brasileiro exigindo a cessação dessa violência. Esses organismos têm identificado o governo brasileiro como o principal responsável por estas violências, pelo menos quando se omite diante destes crimes.

"O governo é o maior responsável por estes crimes"

TO: Por que a demarcação das terras indígenas anda tão devagar? O que há por trás disso?

Krenak: O que existe por trás da não demarcação das terras indígenas é uma coisa muito óbvia. As populações indígenas de toda a costa brasileira foram exterminadas nos primeiros ciclos do período de colonização. Os remanescentes indígenas de hoje são populações que ainda habitam regiões que não estavam sendo disputadas. As regiões valorizadas do Brasil, os índios já perderam elas para os brancos, para os empresários, há muito tempo. Então as populações indígenas sobreviventes ocuparam faixas de terras que não estavam em poder dos latifundiários, das multinacionais, das mineradoras.

Agora, a demarcação, que é o reconhecimento desta ocupação histórica, é um ato administrativo. E o governo não tem demonstrado interesse no reconhecimento oficial desta ocupação. Demarcar estas terras seria reconhecer oficialmente a ocupação histórica dos índios e isso iria inviabilizar o projeto de colonização da burguesia, do grande capital. É reconhecer formas de ocupação territorial que não são a forma de ocupação capitalista, na exploração intensiva do solo, da expropriação, do desmatamento, da destruição do meio ambiente. Seria reconhecer que as populações indígenas teriam formas sustentáveis de ocupação do meio ambiente. Então nesta questão entra um jogo ideológico pesado. Reconhecer, por exemplo, que nossos povos vão continuar ocupando de forma coletiva a



Três fases da desagregação: Yanomamis em Roraima, ainda preservados (foto superior); nhambiquara com o filho, no Amazonas; e Guarani, na sua aldeia na Grande São Paulo

terra, que é um direito que o governo não reconhece nem aos chamados civilizados, muito menos aqueles que eles julgam selvagens ou silvícolas.

Então eu que acho que nesta questão da demarcação das terras indígenas está o ponto fundamental da relação do Estado com as populações indígenas. Porque reconhecer estas formas de ocupação é ter de mudar o relacionamento do Estado com os povos indígenas, reconhecer que são povos diferenciados culturalmente, é reconhecer que têm direitos históricos, é reconhecer que têm direitos econômicos, que têm direitos humanos que os diferenciam do conjunto das populações nacionais.

"Nós pretendemos extinguir a Funai na Constituinte"

TO: Como o projeto "Calha Norte" vai afetar os índios, numa região em que eles têm pouco contato com a civilização branca?

Krenak: O "Calha Norte" é um projeto de ocupação das fronteiras da Amazônia à semelhança do que foram o projeto Carajás, do que foi a Transamazônica, do que foi o Polonoroeste, que eram as fronteiras econômicas internas. No caso, agora, do "Calha Norte", nós temos uma fronteira econômica que coincide com a fronteira política, com as fronteiras nacionais, lá na divisa com a Venezuela, Colômbia e Guiana. Mas em outras épocas nós tivemos projetos semelhantes. Para as populações indígenas a intensidade deste programa não é novidade. A pretensão deste projeto de aconchambar os índios, de transformar os índios em não-índios, não é novidade para nós. Quando o Anchieta, aqui no Pátio do Colégio, montou uma escola, ele não estava pensando nada diferente do que o general Bayma Dennis estava pensando quando escreveu o projeto "Calha Norte". Ele estava pensando em civilizar os índios. Esta mentalidade aca-chapante é que inspirou Anchieta, que inspira o Conselho de Segurança Nacional, agora na ocupação da fronteira norte da Amazônia. É a neces-



Foto: Niels Andreas

sidade de você extinguir a ditadura. É a impossibilidade do Estado que se pretende moderno estabelecer relações permanentes de cooperação com as populações indígenas.

TO: A Funai tem futuro?

Krenak: A Funai é um órgão arcaico e corrupto. Esse presidente que está à frente da Funai hoje é um dos maiores lobbistas que as empresas mineradoras já conseguiram montar no país. Este cara está decidido a arrebentar com os recursos minerais existentes nas áreas indígenas. Uma das metas que nós temos na Constituinte é extinguir a Funai e se o governo tiver que manter uma agência indigenista, que ela seja mantida subordinada a um conselho de representantes das nações indígenas.

TO: O que quer o Estado fazer com os índios?

Krenak: Quando o governo esboça um programa de colonização, o que ele está preten-

dendo é transformar esta população indígena que ainda tem uma referência cultural num bando de miseráveis como estes que a gente está vendo aqui na Praça da Sé, esmolando, trambicando, vendendo as coisas na rua. Então é a dispersão. O Estado moderno joga na dispersão, na desagregação, na incapacidade do ser humano se organizar. E as populações indígenas são um atestado firme deste propósito de estar junto, de estar organizado, de não ceder à tentação da desagregação. São sociedades de aliança, são sociedades solidárias, são sociedades que ainda mantêm hoje formas de ocupação do espaço, dos bens coletivos. Isso é uma herança histórica, isto está na herança da cultura indígena e eu acho que é isso que o Estado nacional não consegue de maneira nenhuma aceitar, não consegue compreender e daí a violência do Estado contra tudo aquilo que não compreende.

Prisões ilegais

No dia 13 de junho 19 índios da Maloca Santa Cruz, em Roraima, foram presos arbitrariamente por 150 homens da polícia e levados para Boa Vista (veja matéria na TO 323). A *Tribuna Operária* entrevistou um dos índios que estavam na Maloca Santa Cruz quando a polícia chegou: Melquíades Peres Neto.

TO: Como começou tudo?

Neto: A comunidade Santa Cruz vinha sofrendo há 20 anos, ameaçada pelo fazendeiro que se apossou daquele lugar. Ele colocou uns jagunços lá e proibiu toda a pesca, caça e criação. Em 86 o governador deu um gado lá pra maloca Santa Cruz. Mas não deixaram entrar e o gado ficou espalhado. Então nesse ponto reunimos as comunidades indígenas, os tucháua, e partimos para ajudar os nossos parentes. Trabalhar lá, para defender para eles terem alimentos. Os empregados do "seu" Newton Tavares

TO: Quantos homens armados chegaram na maloca Santa Cruz no dia 13?

Neto: Chegaram 150, o pessoal do Exército, civil, militares. Foi uma tropa muito grande que chegou lá pra invadir aquela comunidade. Se eles chegassem na calma, teria se resolvido o problema. Mas não como eles chegaram. Invadiram, bateram em muitos índios, bateram nas mulheres, nas crianças, passando horas amontoados debaixo de chuva. Então isso pra nós foi fora da lei. Foi contra os direitos que o índio tem. (da sucursal de Roraima)



Ailton Krenak, ao centro, coordenador nacional da União das Nações Indígenas